



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MATO**  
**GROSSO**  
***CAMPUS SORRISO***

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA**  
**SUBSEQUENTE AO NÍVEL MÉDIO**

**EIXO TECNOLÓGICO: RECURSOS NATURAIS**

**MODALIDADE PRESENCIAL**

**Sorriso - MT**

**2019**



**Presidente da República**

Jair Messias Bolsonaro

**Ministro da Educação**

Abraham Weintraub

**Secretário de Educação Profissional e Tecnológica**

Alexsandro Ferreira de Souza

**Reitor do Instituto Federal de Mato Grosso**

Willian Silva de Paula

**Pró-Reitor de Administração e Planejamento**

Túlio Figueiredo

**Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional**

João Germano Rosinke

**Pró-Reitor de Ensino**

Carlos André de Oliveira Câmara

**Pró-Reitor de Extensão**

Marcus Vinicius Taques Arruda

**Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação**

Wander Miguel Barros

**Diretora do Ensino Médio da Pró-Reitoria de Ensino**

Maria Anunciata Fernandes

**Diretora de Ensino de Graduação**

Marilane Alves Costa

**Diretor-Geral do *Campus* Sorriso**

Claudir Von Dentz

**Diretor de Ensino do *Campus* Sorriso**

Marcionei Rech

**Diretor de Administração e Planejamento**

Josimar da Silva Pereira

# SUMÁRIO

<b>CARACTERÍSTICAS DO CURSO .....</b>	<b>5</b>
<b>1. APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2. PERFIL INSTITUCIONAL .....</b>	<b>8</b>
2.1 MISSÃO INSTITUCIONAL DO IFMT: .....	10
2.2 VISÃO INSTITUCIONAL DO IFMT: .....	10
<b>3. CARACTERIZAÇÃO DO CAMPUS .....</b>	<b>10</b>
3.1 NOME DO CAMPUS .....	10
3.2 DATA DA CRIAÇÃO DO CAMPUS .....	10
3.3 PORTARIAS .....	10
3.4 PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL .....	11
3.5 ENDEREÇO .....	11
3.6 TELEFONES .....	11
3.7 SITE .....	11
3.8 HISTÓRIA DO CAMPUS .....	11
3.9 PERFIL DO CAMPUS SORRISO .....	12
3.10 ÁREAS DE ATUAÇÃO DO CAMPUS .....	14
3.11 VOCAÇÃO .....	15
3.12 PRINCÍPIOS E VALORES .....	16
3.13 FINALIDADES .....	17
<b>4. JUSTIFICATIVA DO CURSO.....</b>	<b>17</b>
<b>5. OBJETIVOS DO CURSO .....</b>	<b>20</b>
5.1 OBJETIVO GERAL .....	20
5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	20
<b>6. DIRETRIZES .....</b>	<b>20</b>
6.1 DIRETRIZES GERAIS .....	21
<b>7. REQUISITOS DE ACESSO AO CURSO .....</b>	<b>22</b>
7.1 ACESSO .....	22
7.2 NÚCLEO DE ATENDIMENTO A PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS – NAPNE .....	22
<b>8. PÚBLICO ALVO.....</b>	<b>22</b>
<b>9. INSCRIÇÃO.....</b>	<b>23</b>
<b>10. MATRÍCULA .....</b>	<b>23</b>
<b>11. TRANSFERÊNCIA .....</b>	<b>23</b>
<b>12. PERFIL PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DO CURSO.....</b>	<b>24</b>
12.1 COMPETÊNCIA GERAL .....	24
12.2 DESCRIÇÃO DA OCUPAÇÃO E ATUAÇÃO.....	25
<b>13. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR .....</b>	<b>26</b>
13.1 INDICADORES DA MATRIZ CURRICULAR .....	28

13.2 MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA SUBSEQUENTE AO NÍVEL MÉDIO.....	29
13.3 FLUXOGRAMA DA MATRIZ CURRICULAR .....	30
13.4 COMPONENTES CURRICULARES DO 1º MÓDULO.....	31
13.5 COMPONENTES CURRICULARES DO 2º MÓDULO.....	36
13.6 COMPONENTES CURRICULARES DO 3º MÓDULO.....	39
13.7 COMPONENTES CURRICULARES DO 4º MÓDULO.....	44
13.8 COMPONENTES CURRICULARES – OPTATIVAS.....	47
<b>14. ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....</b>	<b>47</b>
<b>15. METODOLOGIA .....</b>	<b>48</b>
<b>16. AVALIAÇÃO .....</b>	<b>50</b>
16.1 DA REVISÃO DE AVALIAÇÃO.....	53
16.2 DA AVALIAÇÃO EM SEGUNDA CHAMADA .....	53
16.3 RECUPERAÇÃO .....	53
16.4 PROVA FINAL .....	54
16.5 DA FREQUÊNCIA E DO REGISTRO .....	55
16.6 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE CURSO.....	55
<b>17. PLANO DE MELHORIA DE CURSO .....</b>	<b>56</b>
<b>18. ATENDIMENTO AO DISCENTE .....</b>	<b>56</b>
18.1 APOIO PEDAGÓGICO E SOCIAL .....	56
18.2 DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS E CULTURAIS.....	56
18.3 NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS (NAPNE).....	57
<b>19. POLÍTICA DE CONTROLE DE EVASÃO.....</b>	<b>57</b>
<b>20. CERTIFICADOS E DIPLOMAS .....</b>	<b>57</b>
<b>21. QUADRO DE DOCENTES E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS .....</b>	<b>58</b>
<b>22. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS .....</b>	<b>58</b>
22.1 BLOCO BIBLIOTECA.....	59
22.2 SAGUÃO + PÁTIO .....	60
22.3 PASSARELA .....	60
22.4 BLOCO DE AUDITÓRIO .....	60
22.5 BLOCO DE ADMINISTRAÇÃO .....	61
22.6 BLOCO DE SALAS DE AULA, RESTAURANTE E LABORATÓRIOS .....	61
22.7 ELEVADORES.....	62
22.8 FAZENDA EXPERIMENTAL.....	62
<b>23. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>63</b>

## **CARACTERÍSTICAS DO CURSO**

**DENOMINAÇÃO DO CURSO:** Agropecuária

**EIXO TECNOLÓGICO:** Recursos Naturais

**HABILITAÇÃO:** Técnico em Agropecuária

**NÍVEL:** Médio

**FORMA:** Presencial

**MODALIDADE:** Subsequente

**PERÍODO/HORÁRIO DO CURSO:** Sexta-feira, das 17h00min às 22h00min;

Sábado, das 8h às 12h e das 13h às 20h.

**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** 16 horas

**CARGA HORÁRIA TOTAL:** 1.300 horas

**NÚMERO DE VAGAS:** 40

**NÚMERO DE TURMAS:** 01 turma

**DURAÇÃO MÍNIMA:** 04 semestres e máximo 08 semestres

**ESTÁGIO:** Não Obrigatório

**CARGA HORÁRIA:** 120 HORAS

**PERIODICIDADE DE SELEÇÃO:** Regido por edital específico.

**LOCAL DE REALIZAÇÃO:** Escola Municipal Daniel Tilton.

**ENDEREÇO:** Rua Pedro Celestino s/n, Cláudia, MT. CEP 78.540-000.

**RESOLUÇÃO DE CRIAÇÃO:**

**INÍCIO DO CURSO:** 2020/1

## 1. APRESENTAÇÃO

A constituição deste documento tem como finalidade apresentar o **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio** do Instituto Federal de Mato Grosso – IFMT, *Campus* Sorriso, com informações concernentes a sua idealização, planejamento e execução, no contexto da parceria firmada entre o IFMT e a Prefeitura Municipal de Cláudia. A parceria foi instituída por meio do Termo de Convênio nº 001/2019/IFMT-SRS e tem como principais objetivos o aperfeiçoamento de políticas educacionais, o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável no município de Cláudia. O curso oferecido visa preparar jovens e adultos para o mundo do trabalho, oferecendo ferramentas de conhecimento e formação profissional de qualidade.

Nesse contexto, o planejamento da oferta de cursos e vagas ocorreu por motivação das demandas apresentadas pelo município de Cláudia que manifestou ao IFMT *Campus* Sorriso sobre a necessidade da qualificação profissional e contribuirá para que o curso Técnico em Agropecuária possa ser ofertado no município. O IFMT *Campus* Sorriso, por sua vez, atendendo à necessidade do município, assumiu solidariamente a responsabilidade por tal oferta, firmando a parceria e coordenando a execução do curso.

A oferta do curso supracitado justifica-se principalmente em razão do crescimento populacional, do desenvolvimento agrícola regional, da expansão da pecuária, da emergência das questões ambientais e da necessidade de formação profissional de nível médio/técnico para o setor agropecuário.

Para a elaboração deste Projeto Pedagógico de Curso (PPC), tomou-se como base o Projeto do curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio desenvolvido pelo IFMT *Campus* Sorriso no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, e cuja oferta se deu em parceria com vários municípios demandantes da região de abrangência do IFMT *Campus* Sorriso. Tal projeto foi elaborado no ano de 2014 pela a equipe pedagógica do IFMT *Campus* Sorriso, juntamente com a equipe designada para coordenar os trabalhos de execução do curso, que promoveram vários encontros de estudo e reflexão sobre questões pedagógicas e epistemológicas do processo formativo, buscando compreender os desdobramentos dessas discussões para o campo da formação do profissional técnico em agropecuária. Levou-se em consideração o contexto produtivo regional do Médio Norte do Mato Grosso. Houve preocupação com o Projeto Pedagógico Institucional do IFMT e com os aspectos legais da educação, tais como a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no 9.234, de 20 de dezembro de 1996); a Lei 11. 741/08, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para redimensionar,

institucionalizar e integrar as ações da Educação Profissional Técnica de nível Médio, da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Profissional e Tecnológica; a Organização Didática do IFMT; entre outras.

A equipe atual analisou o referido documento com o objetivo de adequá-lo às necessidades do município de Cláudia – MT que, por apresentar características socioeconômicas semelhantes aos demais municípios de oferta do curso, não demandaram mudanças significativas no tocante aos componentes curriculares, conteúdos e demais aspectos do currículo e do projeto pedagógico.

Para a definição do perfil profissional do egresso, dos objetivos e dos conteúdos curriculares do curso, levou-se em consideração as necessidades do setor produtivo local e regional, mas sem deixar de ensejar uma formação ampla, capaz de orientar os estudantes na busca por melhores condições de vida e de cidadania. Acima de tudo, buscou-se superar a visão de educação moldada simplesmente pelos setores que conduzem o mercado, estabelecendo uma proposta pedagógica focada na construção de valores e conhecimentos necessários para o desenvolvimento integral do ser humano, visto como parte inseparável da formação para o trabalho.

Torna-se imprescindível destacar a opção pela perspectiva crítica da educação, evidente no Projeto Pedagógico Institucional do IFMT, que se caracteriza fundamentalmente pela prática pedagógica transformadora e emancipadora, para não apenas reproduzir as concepções dominantes, mas para permitir aos atores desse processo um novo olhar sobre mundo, na condição de sujeitos históricos e com capacidade de intervenção na realidade.

Assim, por meio do curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio, do IFMT – *Campus* Sorriso pretende-se contribuir para o desenvolvimento humano, social e produtivo de forma crítica e criativa, elevando a capacidade intelectual e de intervenção social dos agentes envolvidos no processo educativo.

Toma-se também por desafio a formação de profissionais capazes de conceber o mundo da vida e do trabalho a partir e em função das possibilidades concretas que o constituem enquanto espaço passível de transformação pela ação humana. Trata-se, portanto, de uma pretensão pedagógica que, ao conceber o humano como *ser no mundo* e ao conceber o mundo como espaço em constante *dever*, motivará a busca pelo conhecimento da realidade em que se vive e trabalha na sua totalidade, identificando assim as potencialidades emancipatórias presentes nessa realidade e contribuindo para que tais potencialidades se desenvolvam no sentido da ética, da justiça social e da sustentabilidade.

O Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio, do IFMT *Campus* Sorriso, atenderá principalmente a população de Cláudia-MT com o desafio de contribuir para o desenvolvimento socioambiental e econômico desse município.

O que se segue, portanto, refere-se ao esforço da comunidade acadêmica do IFMT *Campus* Sorriso em atender às expectativas da sociedade local e de ter um projeto pedagógico como documento norteador das políticas de ensino para o curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio, convictos de que, para a eficiência das ações desencadeadas por motivação do presente projeto, todos os agentes envolvidos nesse processo deverão cultivar a reflexão crítica sobre a proposta formadora aqui apresentada.

Temos agora o desafio maior de implementar esta política em parceria com os municípios demandantes, neste caso Cláudia-MT, motivando todos à permanente inquietude nas suas ações, refletindo e discutindo cada passo do seu cotidiano, de forma que os princípios aqui estabelecidos sejam atendidos pelas práticas diárias.

## **2. PERFIL INSTITUCIONAL**

*O que antes eram Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs), Escolas Agrotécnicas e Escolas Técnicas Federais passaram a se chamar Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. (MEC)*

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso constitui-se em uma autarquia instituída pelo Governo Federal através da Lei nº 11.892/2008, oriunda dos antigos CEFET Cuiabá, Mato Grosso e Escola Agrotécnica de Cáceres, e que atualmente possui 14 *campi* em funcionamento: Alta Floresta, Barra do Garças, Cáceres – Prof. Olegário Baldo, Campo Novo do Parecis, Confresa, Cuiabá – Octayde Jorge da Silva, Cuiabá – Bela Vista, Juína, Pontes e Lacerda Fronteira Oeste, Primavera do Leste, São Vicente, Sorriso, Rondonópolis e Várzea Grande.

Existem ainda os Centros de Referências localizados nos municípios de Jaciara e Campo Verde, vinculados ao Campus São Vicente; O Centro de Referência de Canarana vinculado ao Campus Barra do Garças; O Centro de Referência de Paranaíta vinculado ao Campus Alta Floresta e o Centro de Referência do Pantanal vinculado ao Campus Cuiabá – Octayde Jorge da Silva. Existem também os Campi avançados de Tangará da Serra, Diamantino, Lucas do Rio Verde, Sinop e Guarantã do Norte.

Atendendo à legislação e a uma demanda social e econômica, o IFMT tem focado sua atuação na promoção do desenvolvimento local, regional e nacional, conforme estabelecido no artigo 6º da Lei de criação dos IFs (11.892/2008).



Conforme dados do PDI (2019-2023), atualmente, o IFMT possui aproximadamente 25 mil alunos, nos mais de 100 cursos distribuídos nos níveis: Superior (bacharelado, licenciatura e tecnologias), Pós-graduação (especializações e mestrados), Técnico (com ensino médio integrado, subsequente, concomitante e Proeja), Educação a Distância (UAB e Profucionário), além de cursos de curta duração, como FIC (Formação Inicial e Continuada).

Diante da estrutura *multicampi* do IFMT, algumas unidades (*campi*) apresentam especificidades quanto à sua estrutura e oferta de cursos, como por exemplo, os *campi* localizados em São Vicente, Confresa, Campo Novo do Parecis, Juína e Cáceres, que possuem vocação agropecuária, apresentando estruturas de escolas-fazenda e, dentre outras características, mantém alojamento (residenciais estudantis), restaurante e estrutura necessária para receber alunos internos em suas sedes. Os demais *campi* possuem estrutura voltada principalmente para a área de prestação de serviços, indústria e comércio.

O IFMT é a principal instituição de educação profissional e tecnológica do estado de Mato Grosso, ofertando ensino em todos os níveis de formação, além de promover a pesquisa e a extensão, estimulando docentes e estudantes através de programas que ofertam bolsas para desenvolvimento de projetos. Nos últimos anos os investimentos cresceram exponencialmente nessas áreas, sendo direcionados a bolsas-auxílio, a pesquisadores e extensionistas. Os programas financiam o desenvolvimento das pesquisas e projetos de extensão conforme estabelecido também na lei 11.892/2008:

*Art. 6o Os Institutos Federais têm por finalidades e características:(...)*

*VI – qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;*

*VII – desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;*

*VIII – realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;*

*IX – promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.*

A promoção da inclusão social e da acessibilidade também se apresentam como metas fundamentais do IFMT, estando inclusive definidas como tal no estatuto da Instituição, publicado no Diário Oficial da União de 04.09.2009:

*Art. 4º - O IFMT, em sua atuação, observa os seguintes princípios norteadores:*

*I - compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência, publicidade e gestão democrática;*

*II - verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;*

*III - eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos educacionais, locais, sociais e culturais;*

*IV - inclusão de pessoas com deficiências e com necessidades educacionais especiais; e*

*V - natureza pública e gratuita do ensino regular, sob a responsabilidade da União.*

O IFMT opera função estratégica no processo de desenvolvimento socioeconômico do Estado de Mato Grosso, na medida em que a qualificação profissional, o incentivo à pesquisa, os projetos de extensão e as demais ações da Instituição estão diretamente relacionados ao aumento da produtividade, inovação nas formas de produção e gestão, melhoria da renda dos trabalhadores e na qualidade de vida da população em geral. Nesse sentido, a missão da Instituição está voltada a “Educar para a vida e para o trabalho”, sempre focada no compromisso com a inclusão social e com a produção de soluções científicas e tecnológicas para os problemas sociais.

## **2.1 Missão Institucional do IFMT:**

*"Educar para a vida e para o Trabalho"*

## **2.2 Visão Institucional do IFMT:**

“Ser uma instituição de excelência na educação profissional e tecnológica, qualificando pessoas para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania por meio da inovação no ensino, na pesquisa e na extensão”.

## **3. CARACTERIZAÇÃO DO CAMPUS**

### **3.1 Nome do Campus**

*Campus Sorriso*

### **3.2 Data da Criação do Campus**

23 de abril de 2013

### **3.3 Portarias**

Portaria de Autorização de Funcionamento nº 330/2013

### **3.4 Publicação no Diário Oficial**

24 de abril de 2013

### **3.5 Endereço**

Avenida dos Universitários, 799, Bairro Santa Clara, CEP 78890-000, Sorriso –MT.

### **3.6 Telefones**

(66) 3545-3700

### **3.7 Site**

[www.srs.ifmt.edu.br](http://www.srs.ifmt.edu.br)

### **3.8 História do Campus**

A idealização de um *campus* do IFMT no município de Sorriso ocorreu no ano de 2008, quando observadas na região o crescimento populacional e econômico acima da média nacional, a alta produção de matéria prima, com ênfase na agricultura superior, a necessidade de qualificação em praticamente todas as áreas e as lacunas existentes na construção de estruturas para a oferta de cursos voltados para o desenvolvimento dos arranjos sociais, culturais e produtivos locais e regionais. Diante disso, a partir de um movimento intitulado “Pró-IFMT”, surgem as discussões acerca da formação e qualificação profissional dos jovens e adultos trabalhadores e a necessidade de uma unidade do IFMT no município de Sorriso como forma de suprir essa necessidade formativa. Assim, a temática passou a ser discutida na pauta das autoridades do município.

Considerando a necessidade da institucionalização de programas e projetos educacionais voltados para atender às expectativas da comunidade, instalou-se no município de Sorriso-MT, no ano de 2009, nas dependências da Escola Municipal Ivete Lourdes Arenhardt, uma unidade extensiva do IFMT – *Campus Cuiabá*, com os seguintes cursos: Técnico em Gestão com habilitação em Secretariado e Técnico em Manutenção e Suporte em Informática.

A partir do funcionamento da unidade extensiva, o projeto de implantação de um *campus* em Sorriso se fortaleceu. Por meio de audiências públicas, encontros e reuniões entre a sociedade local e os gestores do IFMT, no sentido de nortear os principais anseios da população da região e estabelecer parcerias entre o poder público municipal, representantes da classe empresarial e o Instituto, foi possível identificar algumas áreas do setor produtivo cujas demandas justificavam a transformação da unidade extensiva em *Campus Avançado*.

Assim, em maio de 2010, com o apoio do poder público municipal, o IFMT realizou o primeiro Concurso Público para Docentes e Técnicos Administrativos do *Campus* Avançado de Sorriso, ligado à Reitoria. A nomeação dos primeiros servidores ocorreu em maio/junho de 2011, o que marca o início das atividades do *Campus*.

Inicialmente os trabalhos foram desenvolvidos numa sala nas dependências da Secretaria Municipal de Educação, cedida exclusivamente para *Campus* Sorriso. O funcionamento provisório nesse espaço ocorreu pela necessidade da conclusão da reforma do prédio cedido pela Prefeitura de Sorriso, onde atualmente funciona a unidade de ensino do Instituto, provisoriamente, até que seja concluída a construção da sede própria, prevista para dezembro de 2014.

A atuação da comunidade e do poder público local foi fundamental no processo de implantação do *Campus* Sorriso. A Prefeitura Municipal não só cedeu o prédio localizado na Avenida Tancredo Neves, nº 543, como forma de viabilizar o início imediato das atividades do então *campus* avançado, mas também efetuou a doação de um terreno localizado no bairro Santa Clara, onde atualmente está sendo construído o prédio definitivo do Instituto. Em 2014, quando a instituição já havia conquistado a autorização para a transformação do *Campus* Avançado de Sorriso em *Campus* Sorriso do IFMT, garantindo maior autonomia administrativa e ampliando sua capacidade de oferta de ensino, pesquisa e extensão, a prefeitura municipal fez uma nova doação: uma área agrícola de 72,6 hectares, como contrapartida para a criação do Núcleo Experimental, que servirá de laboratório para as experimentações e aulas práticas a todos os cursos da instituição.

Assim, um novo cenário educacional começa a ser desenhado no município de Sorriso, com vistas a desenvolver a educação não apenas como processo produtivo, mas especialmente como processo da cidadania, estimulando o retorno de investimento para o município/região e oportunizando à população acesso a educação pública de qualidade e a profissionalização articulada com as reais demandas do setor produtivo local.

Com isso, o IFMT *Campus* Sorriso vai se consolidando como instituição de ensino, pesquisa e extensão, capaz de oferecer sólida formação acadêmica e contribuir para o desenvolvimento social e produtivo da região.

### **3.9 Perfil do Campus Sorriso**

Foi considerando o perfil institucional do IFMT, o contexto socioeconômico do médio norte do Mato Grosso e a necessidade de articulação das políticas educacionais e de formação profissional com as demandas reais da comunidade e do setor produtivo local e regional, que o *Campus* Sorriso foi se desenvolvendo e se estabelecendo enquanto instituição de ensino, pesquisa e

extensão especializada na oferta de educação profissional, científica e tecnológica em diferentes níveis e modalidades.

O perfil institucional do *Campus* Sorriso, portanto, identifica-se com a própria história dos CEFETs Cuiabá e Mato Grosso e da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres, três ex-autarquias que deram origem ao IFMT, ao mesmo tempo em que traduz o que se considera o ideal pedagógico de uma instituição situada na região interiorana do Médio Norte do estado de Mato Grosso, num contexto marcado pelo crescimento populacional das cidades, pela expansão da agricultura e da pecuária e pelo crescimento da indústria e do comércio.

Neste contexto, o IFMT - *Campus* Sorriso, na qualidade de instituição educativa, atua na instância social da formação humana, considerando as questões identitárias pujantes e latentes de uma região em expansão. Nesse sentido, a história desta instituição funde-se com a história da região, considerando que o desenvolvimento de ambos é recente e ainda não consolidado.

Na condição de Capital Nacional do Agronegócio e com um desenvolvimento industrial crescente, a cidade de Sorriso recebeu o *campus* do IFMT como uma solução para problemas considerados centrais no processo de desenvolvimento e crescimento da região, que consiste basicamente na falta de profissionais qualificados para atender às demandas do setor produtivo, bem como para impulsionar a economia e a cultura local.

Por outro lado, o ideal do IFMT estabelece que a sua função principal diz respeito à educação, à profissionalização, à produção e disseminação do conhecimento e da tecnologia. Assim, é inerente ao *Campus* Sorriso a difusão da cultura, a investigação científica, a educação holística, o ensino das profissões e, finalmente, a prestação de serviços à sociedade mediante o desenvolvimento de atividades de extensão. Essa definição torna evidente que o papel do *campus* extrapola o âmbito restrito do ensino das profissões promovidas em seus cursos, constituindo-se como instituição:

- Pública de qualidade;
- Comprometida com a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável e solidário da região do Médio Norte do Mato Grosso;
- Democrática, que respeita a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais;
- Que estabeleça dispositivos de combate às desigualdades sociais e regionais, incluindo as condições de acesso e permanência no ensino básico e superior, especialmente da população mais necessitada do campo e da cidade;

- Que tem a agricultura e a pecuária como setores estruturadores e dinamizadores do processo de desenvolvimento.
- Que tem como premissa a valorização e a superação da matriz produtiva existente.
- Formadora na área de produção agrícola com uso de alta tecnologia, levando em conta a sustentabilidade;
- Disseminadora de tecnologia com ênfase em processos tecnológicos;
- Formadora de profissionais que venham a atuar no mundo do trabalho com ética e responsabilidade;
- Preocupada com a qualidade dos serviços e comprometida com a formação continuada dos servidores docentes e técnicos administrativos;

O Instituto compreende ainda a necessidade de uma educação emancipadora que, numa perspectiva histórica, aponte para a superação das desigualdades de classe, gênero, raça e quaisquer outras que possam ser entendidas como forma de violência social, rompendo com relações pautadas pelo poder econômico em detrimento dos valores humanos (Jonas *et al*, 2007). Além de pautar-se por uma cultura de paz e solidariedade integrada à mobilização do povo contra toda e qualquer ofensiva à soberania nacional.

Hoje o *Campus* Sorriso figura entre as principais instituições de ensino do Norte do Mato Grosso, sendo destaque entre as instituições de nível médio/técnico e superior da microrregião do Alto Teles Pires.

### **3.10 Áreas de Atuação do Campus**

É possível extrair-se das linhas anteriores que o *Campus* Sorriso, seguindo os anseios da comunidade local, o contexto regional, e os objetivos do IFMT, optou por atuar prioritariamente nas áreas relacionadas ao agronegócio, à agricultura de precisão, à produção de grãos, à produção e industrialização de alimentos, à pecuária, à sustentabilidade ambiental, à formação de professores, entre outras áreas articuladas a partir de eixos tecnológicos que permitem a verticalização do ensino e a progressão gradativa dos estudantes, passando por diferentes níveis da formação acadêmica sem precisar mudar de localidade ou de instituição.

Inicialmente, em razão da vocação econômica e sociocultural da região, o *Campus* investiu na consolidação de cursos técnicos e tecnológicos voltados à produção de grãos, à indústria alimentícia e à sustentabilidade ambiental. Foi então que surgiram os cursos superiores de Tecnologia em Gestão Ambiental e de Tecnologia em Produção de Grãos e o curso Técnico em

Alimentos Integrado ao Ensino Médio, todos com início em 2012. Cursos esses que formaram as primeiras turmas em dezembro de 2014. Em 2015, outros dois cursos deram início no *Campus*: Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio e Bacharelado em Engenharia Agrônômica. No ano de 2016, foi ofertada a primeira turma de pós-graduação *lato sensu* do Campus, Especialização em Docência no Ensino Superior, e em 2018, a segunda turma, cada uma com 50 alunos matriculados. Também no ano de 2018, foi ofertada a primeira turma de pós-graduação *lato sensu* em Especialização em Educação Ambiental.

Atualmente, conforme consta no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023), o IFMT *Campus* Sorriso concentra-se no planejamento pedagógico e estrutural para ofertar cursos e vagas em cinco eixos tecnológicos distintos, a saber: 1) Eixo Recursos Naturais: Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, Bacharelado em Engenharia Agrônômica, Tecnologia em Produção de Grãos, Especialização em Ciências Agrárias; 2) Eixo Alimentos: Técnico em Agroindústria Subsequente, Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio, Bacharelado em Engenharia de Alimentos; 3) Eixo Ambiente e Saúde: Técnico em Meio Ambiente, Tecnologia em Gestão Ambiental; 4) Eixo Formação de Professores: Licenciatura em Ciências da Natureza - Química, Licenciatura em Ciências da Natureza - Física, Especialização em Docência no Ensino Superior, Especialização em Educação Ambiental, Especialização em Ensino de Ciências; e 5) Eixo Informação e Comunicação: Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio. Quando plenamente implantados, os novos cursos atenderão aproximadamente 1400 alunos regularmente matriculados.

Ressalta-se que o IFMT *Campus* Sorriso atua com foco na oferta de ensino, pesquisa e extensão dentro dos eixos supracitados, com cursos de curta, média e longa duração, nas modalidades:

- Formação Inicial e Continuada (FIC); Educação Profissional Técnica de Nível Médio: Integrado ao Ensino Médio e Subsequente; Educação Superior: em nível de Graduação em tecnologia, licenciatura e bacharelado; e em nível de Pós-Graduação: especialização *lato sensu*.

Ademais, o campus poderá expandir a sua atuação para novas áreas, conforme as condições financeira, estrutural e de pessoal e as demandas da comunidade local.

### **3.11 Vocação**

O IFMT *Campus* Sorriso está inserido numa região em franco desenvolvimento, com oportunidades crescentes de trabalho, emprego e renda. Essas características têm atraído pessoas de

diferentes regiões do país, que migram para cá em busca de melhores condições de vida.

Nesta perspectiva, a alteridade, entendida como a ação que envolve e respeita as diferenças, se constitui como referencial importante para viabilizar uma educação para a liberdade e a autonomia. Apoiado nesses pressupostos é que se desenvolve a vocação natural e primeira dessa instituição, ao assumir a ética social e ambiental como seu referencial de ação, para promover formação de pessoas que se orgulhem da justiça, da honestidade, da partilha e do compromisso coletivo de bem estar e felicidade, com dignidade e salubridade para todos.

Por outro lado, considerando as oportunidades de trabalho existentes na região, observa-se que há uma necessidade real de uma Instituição que exerça o papel formador, com o intuito de gerar conhecimento técnico e científico, oportunizando maior empregabilidade e consistência de renda bem como prosseguimento de estudos.

Esta região está vocacionada para as áreas ligadas às cadeias produtivas agrícolas. A sua participação é significativa em um comparativo na economia do estado. Cabe, portanto, ao *Campus Sorriso* formar profissionais que conciliem o desenvolvimento socioeconômico com sustentabilidade ambiental.

Assim, a vocação do IFMT *Campus Sorriso* se constitui no atendimento às necessidades concretas da população regional e do desenvolvimento das suas articulações produtivas, sociais, culturais e ambientais.

### **3.12 Princípios e Valores**

Em conformidade com o PDI (2019-2023), os valores do IFMT são: Ética, Inovação, Legalidade, Transparência, Sustentabilidade, Profissionalismo, Comprometimento e Respeito ao cidadão.

O IFMT *Campus Sorriso*, em sua atuação, procura observar ainda os seguintes princípios norteadores, previstos na lei 11.892/2008:

*I - compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência, publicidade e gestão democrática;*

*II - verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;*

*III - eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos educacionais, locais, sociais e culturais;*

*IV - inclusão de pessoas com deficiências e com necessidades educacionais especiais; e*

*V - natureza pública e gratuita do ensino regular, sob a responsabilidade da União;*



### **3.13 Finalidades**

Considerando a transformação da educação brasileira e conseqüentemente, o surgimento de novas funções sociais e novos campos de atuação, com finalidades formativas específicas, o *Campus Sorriso* traz grandes expectativas de formação profissional para a região, da mesma forma que o processo da Rede Federal de Ensino Técnico/Tecnológico já aponta para um resultado mais efetivo nos aspectos da democratização do ensino e inclusão da população menos favorecida.

Sendo a educação e a produção e disseminação dos conhecimentos inerentes ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, conforme previsto no seu PDI, o *Campus Sorriso*, pautado na formação humanística, possui a finalidade de proporcionar à comunidade por meio da educação pública de qualidade:

- Desenvolvimento socioeconômico com sustentabilidade e responsabilidade socioambiental;
- Ensino gratuito de qualidade com ênfase nas necessidades da sociedade local e regional;
- Inclusão, respaldada na diversidade sociocultural e étnica.
- Capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- Programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- Pesquisa aplicada, produção cultural, empreendedorismo, cooperativismo e desenvolvimento científico e tecnológico;
- Produção, desenvolvimento e transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

## **4. JUSTIFICATIVA DO CURSO**

O estado de Mato Grosso é o terceiro estado brasileiro em dimensão territorial com uma área de 901.420 km<sup>2</sup>, representando 10,55% do território nacional. Dentre as características relevantes, destaca-se a riqueza e a diversidade de seus recursos naturais encontrados nos biomas do cerrado, da Amazônia e do Pantanal. A maior parte das terras, contudo, encontra-se dentro dos limites da região geoeconômica da Amazônia ou complexo regional amazônico.

Desde a sua ocupação, no século XVIII, a economia de Mato Grosso baseou-se na agricultura (inicialmente de subsistência) e na pecuária extensiva. A partir década de 70, com a

política de incentivos fiscais e forte ação estatal, houve a implantação de grandes projetos agropecuários, atraindo importantes empresas agroindustriais, tanto de capitais nacionais quanto estrangeiros. Com isso ocorreram significativas transformações em sua base produtiva, com a agropecuária tradicional cedendo espaço para uma agricultura e a uma pecuária em franca modernização.

Hoje o estado se destaca na pecuária, ocupando atualmente a liderança nacional em relação ao rebanho bovino, com cerca de 28 milhões de cabeças, entre animais de origem de corte ou leiteira (Anualpec, 2013). Além disso, Mato Grosso também é referência na produção de aves e suínos e apresenta crescimento acelerado destes rebanhos a cada ano, em função da integração entre agricultura e pecuária.

O município de Sorriso possui 9.329,603 km<sup>2</sup>, está situado na região norte do Estado de Mato Grosso, microrregião do Alto Teles Pires, no km 742 da rodovia federal BR-163, a 412 km da capital, Cuiabá. Sua localização está a uma latitude 12°32'43" sul e a uma longitude 55°42'41" oeste, a uma altitude de 365 metros em relação ao nível do mar. O município tem 77.735 habitantes (IBGE, 2014), é considerado a Capital Nacional do Agronegócio (Lei nº 12.724 de 16/10/2012), e sua economia é baseada principalmente na agricultura, sendo também o maior produtor de soja do mundo.

O município de Cláudia, por sua vez, pertence à região do médio norte do Mato Grosso, possui 3.849,991 km<sup>2</sup> e está situada na rodovia MT 423, há 173 km de distância de Sorriso. Sua população é de 11.028 habitantes segundo dados do último IBGE, em 2010, e com estimativa de 12.052 pessoas para o ano de 2018. Sua economia é baseada na agropecuária, com produção de soja, milho, algodão, bovinos, piscicultura, entre outros.

As exportações de Mato Grosso, que superaram o crescimento das exportações em nível nacional, alcançam o valor de US\$ 11,1 bilhões no ano de 2011, e batem o recorde histórico, sendo 975% superior ao valor registrado no último ano do século passado – isso corresponde à taxa média de crescimento de 24% ao ano neste século. Mato Grosso exporta grande proporção de sua produção: em 2011, só de grãos *‘in natura’* ou transformados, foram cerca de 21 milhões de toneladas (dois terços da produção). O superávit na Balança Comercial de Mato Grosso em 2011, de US\$ 9,5 bilhões, que correspondeu a 32% do superávit brasileiro, apresentou elevação de 28% em relação ao saldo US\$ 7,5 bilhões acumulados em 2010. O intercâmbio comercial cresceu 34% em relação ao verificado naquele ano.

No entanto, para que o estado do Mato Grosso, em especial a região do Médio Norte e o município de Sorriso e Cláudia, continue a se desenvolver nos níveis presenciados nos últimos anos, é preciso investir na formação profissional da população. A baixa qualificação profissional é

uma realidade cada vez mais presente no Brasil, sobretudo em algumas áreas que fazem uso de tecnologias avançadas, como é o caso do setor agropecuário. No entanto, a falta de mão de obra qualificada não é exclusividade do Brasil. A economia mundial vinha crescendo em média 5% ao ano desde 2004, e a crescente dificuldade em preencher vagas é sentida em nível mundial. No Brasil, bem como em vários países observa-se uma grande preocupação e ações para a elevação do nível de escolaridade e do preparo profissional.

Ao longo de sua trajetória, o trabalho pedagógico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT tem sido orientado pelo propósito de educar os jovens sob seus cuidados para que estejam aptos a exercer sua cidadania de forma crítica, solidária e construtiva. Em sua missão institucional, o IFMT pauta sua ação educativa de forma a propiciar situações de aprendizado que colaborem para a formação de identidades baseadas tanto em princípios de responsabilidade quanto de solidariedade.

Nessa perspectiva, surge a necessidade de formar profissionais cidadãos de nível técnico, com competência, ética, com elevado grau de responsabilidade social e que adquiram um perfil que lhes permita atuar, com eficiência, no reconhecimento, avaliação e gerenciamento das questões produtivas relacionadas à agropecuária. Nesse sentido, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso oportuniza a sociedade mato-grossense a qualificação necessária à demanda de profissionais que o Estado apresenta, contribuindo assim na construção do conhecimento, na formação de pessoas e na inclusão social.

O Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio visa formar profissionais competentes e tecnicamente preparados para os desafios do mundo da vida e do trabalho, com olhar empreendedor, gerencial e inovador. A saúde financeira da atividade agropecuária e a prosperidade dos agricultores e pecuaristas são tidas como primordiais. Ao mesmo tempo, novas estratégias e tecnologias devem ser propostas para a diversificação da atividade produtiva no setor agropecuário, aliando a produção animal e os demais componentes do setor agropecuário, promovendo a integração entre os sistemas produtivos como a agricultura e a silvicultura, objetivando sustentabilidade ambiental, social e econômica.

Este curso técnico busca ainda desenvolver no estudante habilidades de comunicação e de trabalho em equipe multidisciplinar, atuando em ambientes naturais, urbanos e rurais, nas esferas pública, privada ou organizações não governamentais, para que o mesmo possa atuar em atividades ligadas ao setor agropecuário, respeitando a cultura e a história local, fazendo uso racional dos recursos naturais e executando planos de ação e manejo destes recursos de forma crítica, criativa e sustentável, contribuindo para o desenvolvimento de projetos e ações que visam diminuir as

desigualdades sociais, através da educação e da inserção das comunidades nas atividades produtivas sustentadas.

## **5. OBJETIVOS DO CURSO**

### **5.1 Objetivo Geral**

Formar profissionais capazes de atuar de forma responsável, participativa e criativa na atividade produtiva e na solução de problemas do setor agropecuário, na área de produção e transformação vegetal e/ou animal e de conservação do meio ambiente, desenvolvendo saberes e valores necessários à organização social, política e econômica.

### **5.2 Objetivos Específicos**

- Capacitar o educando na utilização de técnicas de gestão do próprio trabalho e do trabalho em equipe, visando melhorar seu potencial de negociação frente a sua área de atuação;
- Desenvolver a competência do raciocínio lógico e senso crítico;
- Propiciar meios para que o educando manifeste suas dúvidas, ideias e opiniões a fim de serem esclarecidas, discutidas, criticadas, avaliadas ou aperfeiçoadas;
- Permitir ao educando a aquisição das condições de acesso ao mercado de trabalho;
- Ofertar formação diversificada e de qualidade, capaz de responder eficazmente às necessidades das empresas e dos jovens que buscam sua empregabilidade mais rápida e geração de renda;
- Fomentar a capacidade de produção individual ou em grupo, que possa com o seu saber criativo contribuir para a melhoria da produção e da qualidade de vida;
- Incentivar o educando a continuidade de seus estudos, em cursos de atualização, aperfeiçoamento, graduação e especialização.
- Preparar tecnicamente o educando para o desenvolvimento sustentável da agricultura e da pecuária.

## **6. DIRETRIZES**

Diretrizes e Legislações aplicadas aos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Modalidade Subsequente ao Nível Médio.

## 6.1 Diretrizes Gerais

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Título I, Capítulo II (Dos Direitos Sociais); Título III, Capítulo II (Da União); Título VIII, Capítulo III (Da Educação, da Cultura e do Desporto) e Capítulo IV (Da Ciência e Tecnologia).

Lei nº 9.394/96 (LDB, especialmente a Seção IV-A, com redação dada pela Lei Federal nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Trata da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Lei 11.741/08. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da Educação Profissional Técnica de nível Médio, da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Profissional e Tecnológica.

Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Decreto nº 5.154/04 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, destacando os artigos 3º e 4º;

O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.

Resolução Nº 2, de 30 de Janeiro 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;

Resolução nº 6, de 20 Setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio;

A Organização Didática do IFMT – aprovada pela Resolução nº 104 de 15 de dezembro de 2014;

A Portaria Nº 330, de 23 de Abril de 2013, do Ministério da Educação. Autoriza o funcionamento do Campus Sorriso.

Decreto 5.296 de 02 de Dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048/00, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098/00, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Resolução CNE/CEB nº 1, de 21 de janeiro de 2004. Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos.

Lei nº 11.788/08. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452/43, e a Lei no

9.394/96; revoga as Leis nº 6.494/77, e nº 8.859/94, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394/96, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Decreto Nº 7.589, de 26 de Outubro de 2011. Institui no âmbito do Ministério da Educação, a Rede e-Tec Brasil com a finalidade de desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade de educação à distância, ampliando e democratizando a oferta e o acesso à educação profissional pública e gratuita no País.

Parecer CNE/CEBº 11/2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

## **7. REQUISITOS DE ACESSO AO CURSO**

### **7.1 Acesso**

O ingresso no Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio, oferecido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso no município de Cláudia, dar-se-á mediante Edital do IFMT, conforme critérios e formas estabelecidas nos regulamentos internos, na legislação pertinente e no convênio com o município. Serão ofertadas 40 vagas, respeitando a reserva de vagas conforme legislação em vigor.

### **7.2 Núcleo de atendimento a pessoas com necessidades educacionais específicas – NAPNE**

O Campus Sorriso dispõe de mecanismos de favorecimento ao ingresso e permanência de pessoas com necessidades específicas no curso, sem perder de vista os princípios democráticos e a busca da equidade. O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNE atua na articulação de pessoas, instituições e no desenvolvimento de ações no âmbito interno, envolvendo sociólogos, psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, supervisores e orientadores educacionais, técnicos administrativos, docentes, discentes e pais.

## **8. PÚBLICO ALVO**

O Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus Sorriso, ofertado no município de Cláudia, tem como público-alvo: egressos do Ensino Médio.

O curso admitirá número máximo de 40 alunos por turma, deverá ser integralizado em no mínimo quadro e no máximo oito semestres e funcionará nas sextas-feiras no período noturno e aos sábados nos períodos matutino e vespertino. Eventualmente, as aulas práticas e visitas técnicas poderão ocorrer em dias e horários alternativos, de acordo com a programação do componente curricular e com o consentimento dos alunos. O curso será ofertado na cidade de Cláudia-MT.

## **9. INSCRIÇÃO**

A inscrição será realizada de forma *on-line* no site do IFMT no endereço [www.selecao.ifmt.edu.br](http://www.selecao.ifmt.edu.br). Esse procedimento seguirá o cronograma e as orientações previstas em Edital específico a ser publicado pela Diretoria de Políticas de Ingresso do IFMT.

## **10. MATRÍCULA**

Segundo a Organização Didática do IFMT (2014), matrícula é o ato formal pelo qual se dá a vinculação acadêmica do discente ao IFMT. O artigo 125 diz que a matrícula será efetivada pelo candidato ou por seu representante legal, no local, dia e horário a serem divulgados no edital do processo seletivo.

Será obrigatória, no ato da matrícula, a apresentação de documentação exigida conforme edital específico para ingresso do curso. É de responsabilidade do discente ou seu representante legal a veracidade dos documentos apresentados, sob pena de invalidação de sua matrícula a qualquer tempo, se comprovada falsidade de informações. Todos os documentos exigidos no edital deverão estar legíveis e sem rasuras.

O candidato que não comparecer para a realização da matrícula no período fixado para tal ou não apresentar a documentação exigida, perderá a vaga e será eliminado do processo seletivo. A matrícula somente será realizada no curso e turno escolhidos no ato da inscrição do processo seletivo.

As chamadas para matrícula deverão ocorrer até o preenchimento total das vagas ofertadas, desde que o período letivo do curso não ultrapasse 25% do total da carga horária.

## **11. TRANSFERÊNCIA**

Os processos de transferências Interna e Externa deverão ser avaliados diante das normas contidas na Organização Didática do IFMT/2014, bem como as prerrogativas legais que

possibilitam esse procedimento, com vistas na formação proposta pelo curso (de origem e recebimento), do currículo do curso, da carga-horária dos componentes curriculares, do período de integralização do currículo, da disponibilidade de vagas, dos procedimentos administrativos, do calendário escolar, e de outros fatores internos ao Campus Sorriso.

## **12. PERFIL PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DO CURSO**

### **12.1 Competência geral**

Ao final de sua formação, o profissional Técnico em Agropecuária deverá demonstrar um perfil que possibilite:

- Planejar, executar, acompanhar e fiscalizar todas as fases dos projetos agropecuários.
- Administrar propriedades rurais;
- Elaborar, aplicar e monitorar programas preventivos de sanitização na produção animal, vegetal e agroindustrial;
- Fiscalizar produtos de origem vegetal, animal e agroindustrial;
- Exercer liderança, sabendo trabalhar e coordenar equipes de trabalho que atuam na produção animal, vegetal e áreas afins, possibilitando que o profissional possa posicionar-se criticamente;
- Atuar e orientar sobre técnicas adequadas de manejo produtivo dos rebanhos, incluindo o manejo sanitário profilático, manejo reprodutivo e nutricional;
- Dominar os princípios básicos que norteiam a Agropecuária, articulando esses conhecimentos com as normas técnicas afins, segurança do trabalho, saúde e meio ambiente;
- Orientar acasalamentos entre animais de produção, promovendo o melhoramento genético nos rebanhos;
- Formular dietas para diferentes espécies e categorias de animais domésticos;
- Elaborar projetos pecuários de acordo com os limites permitidos para os técnicos de nível médio;
- Planejar, executar e gerenciar a atividade pecuária nas propriedades rurais;
- Atuar em empresas da cadeia produtiva no ramo do agronegócio; indústrias frigoríficas, laticínios, fábricas de ração animal e suplementos minerais, indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas, empresas de assistência técnica e/ou de elaboração de projetos pecuários.



- Pode ainda estabelecer-se como profissional autônomo no setor.

Ainda, o aluno que concluir o Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio, ao final da formação profissional terá as seguintes habilidades:

- Atuar em programas de assistência técnica, extensão rural e pesquisa;
- Analisar as características econômicas, sociais e ambientais, identificando as atividades peculiares da área a serem implementadas;
- Planejar, executar e monitorar a exploração e manejo do solo de acordo com suas características;
- Selecionar e aplicar métodos para o controle de pragas, doenças e plantas daninhas, responsabilizando-se pela emissão de receitas de produtos agrotóxicos;
- Planejar e acompanhar a colheita e a pós-colheita;
- Desenvolver trabalhos em equipe, com relacionamento interpessoal adequado, utilizando-se de princípios éticos e de cidadania;
- Aplicar normas técnicas de saúde e segurança do trabalho e do meio ambiente nas propriedades rurais e indústrias relacionadas à atividade rural;
- Operar máquinas e implementos agrícolas relacionados à atividade agropecuária, equipamentos de interesse para a pecuária e agricultura;
- Compreender os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática nas diversas áreas do saber;
- Utilizar adequadamente a linguagem oral e escrita como instrumento de comunicação e interação social necessária ao desempenho profissional;
- Compreender a sociedade, sua gênese e transformação e os múltiplos fatores que nela intervêm como produtos da ação humana e do seu papel como agente social e outros campos do saber.

## **12.2 Descrição da Ocupação e Atuação**

De acordo com a Resolução nº 262, de 28 de julho de 1979 (CONFEA) as atribuições do Técnico em Agropecuária são:

- Execução de trabalhos e serviços técnicos projetados e dirigidos por profissionais de nível superior;
- Operação e/ou utilização de equipamentos, instalações e materiais;
- Aplicação das normas técnicas concernentes aos respectivos processos de trabalho;

- Levantamento de dados de natureza técnica;
- Condução de trabalho técnico;
- Condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção;
- Treinamento de equipes de execução de obras e serviços técnicos;
- Desempenho de cargo e função técnica circunscritos ao âmbito de sua habilitação;
- Fiscalização da execução de serviços e de atividade de sua competência;
- Organização de arquivos técnicos;
- Execução de trabalhos repetitivos de mensuração e controle de qualidade;
- Execução de serviços de manutenção de instalação e equipamentos;
- Execução de instalação, montagem e reparo;
- Prestação de assistência técnica, ao nível de sua habilitação, na compra e venda de equipamentos e materiais;
- Elaboração de orçamentos relativos às atividades de sua competência;
- Execução de ensaios de rotina;
- Execução de desenho técnico.

### **13. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**

O Projeto Pedagógico do Curso está em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do IFMT e se fundamenta no conceito de currículo pedagogicamente concebido a partir da visão crítica de ser humano, de mundo, de sociedade, de trabalho, de cultura, de educação, de ciência e tecnologia, organizadas para promover a construção, a reconstrução, a socialização e a difusão do conhecimento (PDI/IFMT, 2014, p. 47-48).

Na visão do IFMT, conforme PPI, tais atividades visam à formação integral dos educandos, objetivando, também, torná-los cidadãos aptos a contribuir com o desenvolvimento sustentável local, regional, nacional e global, na perspectiva da edificação de uma sociedade democrática e solidária.

A organização curricular tem como princípios norteadores dois eixos essenciais: o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico (Parecer CNE/CEB nº 5/2011), orientados pelo eixo estruturante do trabalho como princípio educativo e pela integração das dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

O Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio está organizado em módulos, com duração total mínima de quatro semestres. A formação profissional está permeada

em todos os semestres do curso com a concepção de articular teoria e prática através de uma sólida base de conhecimentos científicos e tecnológicos. Com uma carga horária total de 1300 horas, o curso integra componentes curriculares da base comum, concentradas em torno da matemática e da linguagem (Resolução nº 02/12); além dos componentes curriculares específicos da formação profissional. Esta carga horária será trabalhada em aulas de sessenta minutos.

Conforme preceitua o Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, em seu Art. 3º § 2º, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) será ofertada como componente curricular optativa e oportunizará em seu currículo, a formação e reflexão acerca da inclusão e garantia de todos à educação de qualidade.

O Projeto Pedagógico de Curso também contemplará no contexto dos componentes curriculares do estudo e reflexão acerca das Políticas de Educação Ambiental, de acordo com o Art. 2º da Lei nº 9.795/99 que estabelece que “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” e o Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Os conteúdos serão integrados aos componentes curriculares do curso, de modo transversal, contínuo e permanente, no formato de Atividades Complementares (debate, palestra, mesas temáticas, entre outros).

Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros, dispostos na Lei nº 11.645 de 10/03/08, Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004, serão ministrados no âmbito de todo o currículo, em especial nos componentes curriculares da área de linguagem e também através do resgate da contribuição histórica da cultura afro-brasileira e indígenas nos processos tecnológicos do setor agroindustrial.

Os conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos, conforme preceitua a Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012, estarão presentes na organização curricular, sendo orientados pela transversalidade, por meio dos temas: Diversidade, Inclusão, Gênero, Direitos do idoso (Lei nº 10.741/03), Direitos da Criança e do adolescente (ECA - Lei nº 8069/90), Educação para o Trânsito (Lei nº 9.503/97). Os conteúdos serão trabalhados de acordo com o que estabelece o Decreto nº 7.037/09, que Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3, integrados aos componentes curriculares do curso, de modo transversal, contínuo e permanente, no formato de Atividades Complementares (debate, palestra, mesas temáticas, entre outros).

### 13.1 Indicadores da Matriz Curricular

Número de alunos por turma (máximo)	40 alunos			
Número de dias letivos semanais	2 (possibilidade de outros)			
Tempo de duração da aula	60 minutos			
Carga horária diária	360 minutos (6 horas) às sextas-feiras e 600 minutos (10 horas) aos sábados			
Carga horária semanal	960 minutos (16 horas)			
Carga horária dos módulos	1º módulo: 336 h	2º módulo: 336 h	3º módulo: 336 h	4º módulo: 292 h
Carga horária total do curso	1.300 horas			

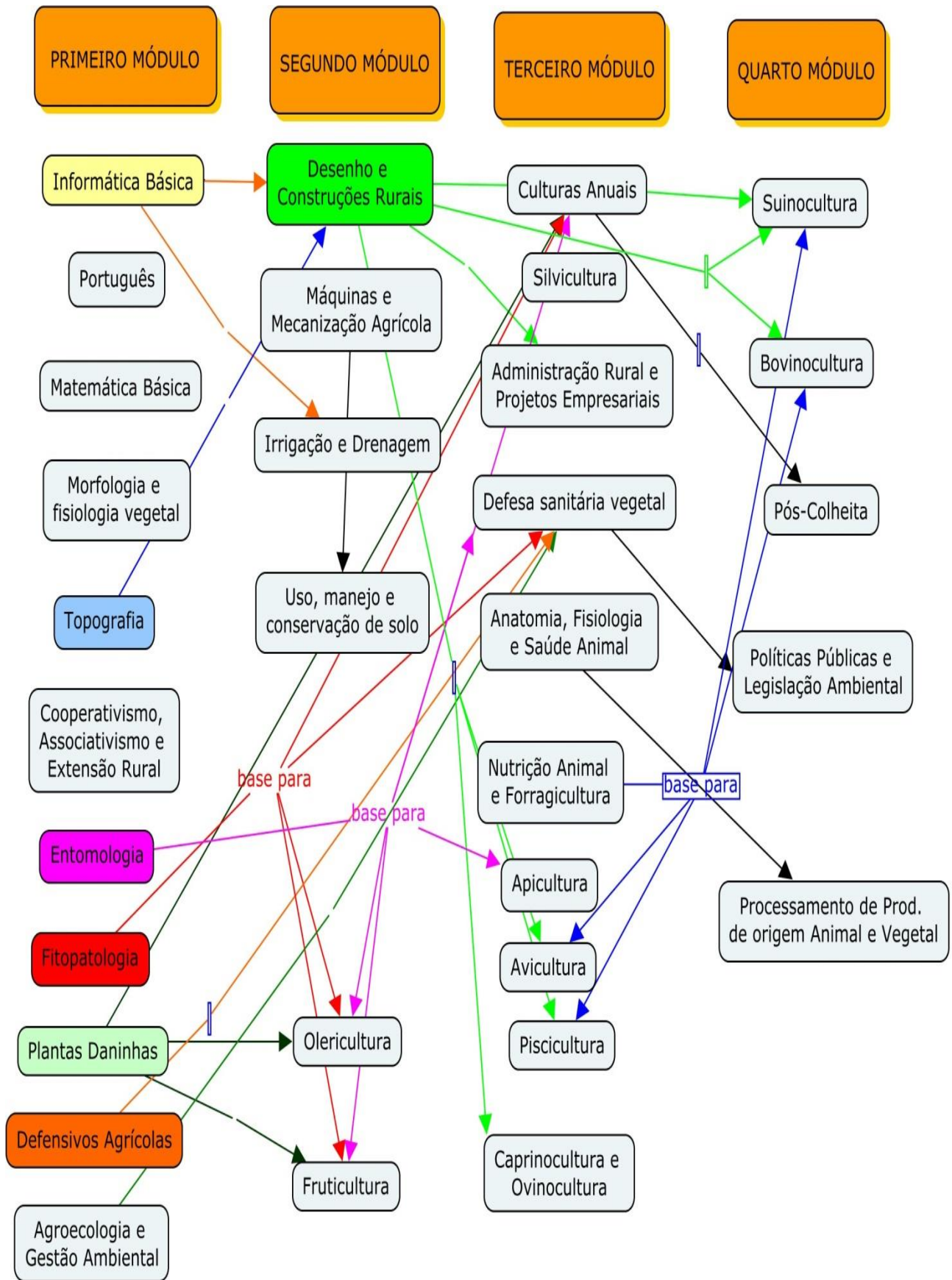
O Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio está organizado em módulos, com duração total mínima de quatro semestres. A Formação Profissional está permeada em todos os semestres do curso com a concepção de articular teoria e prática na formação do profissional. Além disso, é uma forma de inserir o aluno no mundo do trabalho e propiciar uma vivência mais consistente na área.

### 13.2 Matriz curricular do Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao nível médio

	Componentes Curriculares	Carga Horária		Carga Horária Total (Relógio)
		T	P	
1º Módulo	Informática Básica	8	8	16
	Português	16	-	16
	Matemática Básica	16	-	16
	Morfologia e fisiologia vegetal	24	8	32
	Topografia	32	32	64
	Cooperativismo, Associativismo e Extensão Rural	24	8	32
	Entomologia	24	8	32
	Fitopatologia	24	8	32
	Plantas Daninhas	24	8	32
	Defensivos Agrícolas	24	8	32
	Agroecologia e Gestão Ambiental	24	8	32
<b>Total do 1º Módulo</b>				<b>336</b>
2º Módulo	Desenho e Construções Rurais	16	48	64
	Máquinas e Mecanização Agrícola	32	32	64
	Irrigação e Drenagem	32	16	48
	Uso, manejo e conservação de solo	32	32	64
	Olericultura	32	16	48
	Fruticultura	32	16	48
<b>Total do 2º Módulo</b>				<b>336</b>
3º Módulo	Culturas Anuais	48	16	64
	Silvicultura	8	8	16
	Administração Rural e Projetos Empresariais	16	16	32
	Defesa sanitária vegetal	8	8	16
	Anatomia, Fisiologia e Saúde Animal	16	16	32
	Nutrição Animal e Forragicultura	32	16	48
	Apicultura	8	8	16
	Avicultura	32	16	48
	Piscicultura	24	8	32
	Caprinocultura e Ovinocultura	24	8	32
<b>Total do 3º Módulo</b>				<b>336</b>
4º Módulo	Suinocultura	32	32	64
	Bovinocultura	32	32	64
	Pós-colheita	32	32	64
	Políticas Públicas e Legislação Ambiental	24	12	36
	Processamento de Produtos de origem Animal e Vegetal	32	32	64
<b>Total do 4º Módulo</b>				<b>292</b>
<b>Carga Horária Total do Curso</b>				<b>1.300 h</b>
<i>LIBRAS (OPTATIVA)</i>				<i>(64 h)</i>
<i>Estágio curricular NÃO OBRIGATÓRIO</i>				<i>120</i>

T = Teórica P = Prática

### 13.3 Fluxograma da Matriz Curricular



### 13.4 Componentes Curriculares do 1º Módulo

<b>Nome: Informática Básica</b>		
<b>Carga Horária:</b> 16 horas	<b>Teórica:</b> 8 horas	<b>Prática:</b> 8 horas
<b>Ementa</b>		
Conceitos básicos da computação; Histórico e evolução dos computadores; Conceitos básicos de hardware, software e redes de computadores; Fundamentos de sistemas operacionais: Windows e Linux; Utilização e configuração de um sistema operacional, manipulação de arquivos; Utilização de aplicativos para escritório: processadores de texto, planilhas eletrônicas, apresentação multimídia; Navegadores e Software de correio eletrônico. A Internet como ambiente de pesquisa, busca de informações e meio de comunicação pessoal e profissional.		
<b>Bibliografia Básica</b>		
VELLOSO, F. C. Informática: conceitos básicos. 8ª. ed. Rev. E atualizada – Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. BARRIVIERA, O. Introdução à Informática. Editora: Editora do Livro Técnico, 2012. SCHIAVONI, M. Hardware. Editora: Editora do Livro Técnico, 2010.		
<b>Bibliografia Complementar</b>		
MANZANO, André Luiz N. G.; MANZANO, Maria Izabel N. G. Estudo dirigido de informática básica. 7ª ed. São Paulo: Érica, 2007. REHDER, Wellington da Silva; ARAÚJO, Adriana de Fátima. Impress: Recursos e Aplicações em Apresentação de Slides. Editora: Viena, 2008. HARVEY, G. Excel 2007 para leigos. Editora: Alta Books, 2008. WAN, WALLACE. Microsoft Office 2007 para Leigos. Editora: Alta Books, 2008. LAUREANO, OLSEN. Sistemas Operacionais. Editora do Livro Técnico, 2010.		

<b>Nome: Português</b>		
<b>Carga Horária:</b> 16 horas		
<b>Ementa</b>		
Estudos de textos técnicos/comerciais aplicados à área de Agropecuária, através de: <u>indicadores linguísticos</u> : vocabulário; morfologia; sintaxe; semântica; grafia; pontuação; acentuação e <u>indicadores extralinguísticos</u> : efeito de sentido e contextos socioculturais; modelos preestabelecidos de produção de texto. Conceitos de coerência e de coesão aplicadas à análise e a produção de textos técnicos específicos da área de Agropecuária: ofícios; memorandos; comunicados; cartas; avisos; declarações; recibos; carta-currículo; curriculum vitae; relatório técnico; contrato; memorial descritivo; memorial de critérios; técnicas de redação. Parâmetros de níveis de formalidade e de adequação de textos a diversas circunstâncias de comunicação. Princípios de terminologia aplicados à área de Agropecuária: glossário com nomes e origens dos termos utilizados por Agropecuária.		
<b>Bibliografia Básica</b>		
CESCA, C. G. G. Comunicação dirigida escrita na empresa: teoria e prática. 5ª ed. São Paulo: Summus, 2006. MESQUITA, Roberto Melo. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Saraiva, 2007. PECORA, Alcir. Problemas de redação. São Paulo: Martins Fontes, 2002.		
<b>Bibliografia Complementar</b>		
CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar; CLETO, Ciley. <b>Interpretação de textos: construindo competências e habilidades em leitura</b> . São Paulo: Atual, 2009. KASPARY, A. J. <b>Redação Oficial: normas e modelos</b> . 17ª ed. Porto Alegre: Edita, 2007. OLIVEIRA, José Paulo Moreira de. <b>A redação eficaz</b> . Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. SALTON, Vanilda; e outros. <b>Atividades de leitura e escrita</b> . Rio de Janeiro: Vozes, 2008. SARMENTO, Leila Luar. <b>Oficina de redação</b> . Volume único. São Paulo: Moderna, 2009.		

<b>Nome: Matemática Básica</b>		
<b>Carga Horária:</b> 16 horas		
<b>Ementa</b>		
Razões e proporções. Regra de três simples e composta. Porcentagem. Unidades de medida. Áreas e volumes. Construção e interpretação de tabelas e gráficos. Análise de dados e indicadores. Probabilidade. Introdução à estatística.		
<b>Bibliografia Básica</b>		
DANTE, L. R. <b>Matemática: contexto e aplicações</b> . Ática. São Paulo, 2012. Vol.1, 2 e 3.		
IEZZI, G. <b>Matemática</b> . 5ª ed. Atual. São Paulo, 2011. Vol. único.		
PAIVA, M. <b>Matemática</b> . 1ª ed. Moderna. São Paulo, 2004. Vol. 1, 2, e 3.		
<b>Bibliografia Complementar</b>		
IEZZI, et al. <b>Fundamentos de matemática elementar</b> . Atual. São Paulo, 2004.		
BIANCHINI, E.; PACCOLA, H. <b>Matemática</b> . 1ª ed. Moderna. São Paulo, 2004. Vol. 1, 2 e 3.		
MARCONDES, C. A.; GENTIL, N.; GRECO, S. E. <b>Matemática</b> . Série Novo Ensino Médio. 7ª ed. Ática. São Paulo, 2002. Vol. Único.		
MATHIAS, W. F.; GOMES, J. M. <b>Matemática Financeira: com mais de 600 Exercícios Resolvidos e Propostos</b> . 5ª Ed. Editora Atlas. 2008.		
SHITSUKA, R. et al. <b>Matemática Fundamental para tecnologia</b> . 1º. ed. Érica. São Paulo, 2009.		

<b>Nome: Morfologia e Fisiologia Vegetal</b>		
<b>Carga Horária:</b> 32 horas	<b>Teórica:</b> 24 horas	<b>Prática:</b> 8 horas
<b>Ementa</b>		
Componentes protoplasmáticos das células vegetais. Organização dos organismos fotossintetizantes não produtores de sementes (criptógamas) e produtoras de sementes (fanerógamas): histórico e relações evolutivas, mecanismos de polinização, sistemas de classificação e nomenclatura, morfologia e fisiologia dos órgãos vegetativos e reprodutivos, importância econômica e ecológica.		
<b>Bibliografia Básica</b>		
TAIZ, L.; ZEIGER, E. <b>Fisiologia Vegetal</b> . 5ª ed. Porto Alegre: ARTMED, 2013. 918p.		
FERRI, Mário Guimarães. <b>Botânica: morfologia externa das plantas, organografia</b> . São Paulo, Nobel, 1983.		
FERRI, Mário Guimarães. <b>Botânica: morfologia interna das plantas, anatomia</b> . São Paulo, Nobel, 1999.		
<b>Bibliografia Complementar</b>		
FERRI, Mário Guimarães; MENEZES, Nanuza Luíza de; MONTEIRO, Walkyria Rossi. <b>Glossário ilustrado de botânica</b> . São Paulo, Nobel, 1981.		
RAVEN, P.H., EVERT, R.F., EICHHORN, S.E. <b>Biologia vegetal</b> . 6ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. 906 p.		
VIDAL, M. R. R.; VIDA, W. N. <b>Botânica: Organografia</b> . 2ª ed. Viçosa: Editora UFV, 2009.		
SOUZA, L. A. de. <b>Morfologia e Anatomia Vegetal: célula, tecidos, órgãos e plântula</b> . 1ª ed. Ponta Grossa: UEPG, 2009.		
NULTSCH, W. <b>Botânica Geral</b> . Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.		

<b>Nome: Topografia</b>		
<b>Carga Horária:</b> 64 horas	<b>Teórica:</b> 32 horas	<b>Prática:</b> 32 horas
<b>Ementa</b>		
Agrimensura: conceitos gerais. Unidades de medidas. Materiais, aparelhos e instrumentos topográficos. Altimetria. Planimetria. Medição de distâncias: direta e indiretamente. Métodos de levantamentos topográficos. Medição de áreas. Altimetria: conceitos fundamentais. Métodos de		



nivelamento. Perfis topográficos. Curvas de nível. Sistematização de Terrenos. ABNT.
<b>Bibliografia Básica</b>
CASACA, J. M.; MATOS, J. L.; DIAS, J. M. B. Topografia Geral. LTS, 2007. 216 p. MIRANDA, J.I. Fundamentos de Sistemas de Informações Geográficas, 2ª ed. Brasília: EMBRAPA, 2010. McCORMAC, J.C. Topografia. 5ª ed., São Paulo: Ltc, 2007. 408 p.
<b>Bibliografia Complementar</b>
CABRAL, C.; HASENACK, M.; FRANÇA, R. M. Introdução à ciência topográfica. Apostila, Florianópolis: CEFET. 2010. (Arquivo PDF). COSTA, A. A. Topografia. Curitiba: Livro Técnico, 2011. 144 p COMASTRI, J.A.; TULER, J.C. Topografia: altimetria. Viçosa-MG: UFV, 2008. 200 p. ERBA, D.A. Topografia para Estudantes de Arquitetura, Engenharia e Geologia. São Paulo: Unisinos, 2003. MOREIRA, M.A. Fundamentos do Sensoriamento Remoto e Metodologias de Aplicação. Viçosa-MG: UFV, 2011. 422 p.

<b>Nome: Cooperativismo, Associativismo e Extensão Rural</b>		
<b>Carga Horária:</b> 32 horas	<b>Teórica:</b> 24 horas	<b>Prática:</b> 8 horas
<b>Ementa</b>		
Estrutura e funcionamento das organizações do meio rural: cooperativas, sindicatos e associações. A história da Cooperação/ O Associativismo e o acesso aos mercados; Formas Cooperativas/ Associativas; Sindicatos Rurais (trabalhadores, empregados) e Condomínio Rural; A empresa cooperativa/associação: constituição, funcionamento e gestão. História e conceituação de Extensão Rural. Modalidades de práticas, pesquisas e ações de extensão rural. Extensão rural e as novas ruralidades: as populações tradicionais e o acesso à modernização agrícola. O desenvolvimento sustentável e a agroecologia. A dinâmica campo-cidade e a agricultura familiar. As políticas oficiais voltadas a extensão rural e a assistência técnica. Elaboração e aplicação de projetos de extensão rural.		
<b>Bibliografia Básica</b>		
SCHNEIDER, J.O. Educação Cooperativa e Práticas. Única edição. Brasília: Ed. SESCOOP, 2003. BROSE, M. Participação na extensão rural: experiências inovadoras de desenvolvimento local. Porto Alegre: Tomo editorial, 2004. FONSECA, M. T L. A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 1999.		
<b>Bibliografia Complementar</b>		
PINHO, Diva Benevides. Pensamento Cooperativo e o Cooperativismo Brasileiro. 4º ed. São Paulo: Brascoop, 1982. BRACAGIOLI NETO, A. (Org.). Sustentabilidade e Cidadania: O papel da extensão rural. Porto Alegre: EMATER/RS, 1999. FROELICH, J. M. DIESEL, V (orgs). Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos. Ijuí: UNIJUÍ, 2006. SILVA, J. G. O novo rural brasileiro. 2ª ed. Campinas: UNICAMP, IE, 2002.		

<b>Nome: Entomologia</b>		
<b>Carga Horária:</b> 32 horas	<b>Teórica:</b> 24 horas	<b>Prática:</b> 8 horas
<b>Ementa</b>		
Identificação de insetos, biologia, auto-ecologia e sinecologia, fisiologia, morfologia externa, métodos e estratégias de controle de populações, influência de métodos de controle ao ambiente e ao homem, danos e benefícios de insetos. Métodos e estratégias de controle de populações de insetos.		

<b>Bibliografia Básica</b>		
GALLO, D. et al. Manual de Entomologia Agrícola. Ed. Agronômica Ceres. São Paulo, 2002. 920p.		
GULLAN, P. J.; CRANSTON, P. S. Os insetos: um resumo de entomologia. 3ª ed. Roca, 2008.		
LORINI, I. Manejo Integrado de Pragas de Grãos de Cereais Armazenados. Passo Fundo: Embrapa Trigo, 2008. 72p.		
<b>Bibliografia Complementar</b>		
RUPPERT, E. & Robert D. B.. Zoologia dos Invertebrados, 6ª ed., Editora Roca Ltda, São Paulo, 1996.		
ANDREI, E. (coord.). Compêndio de defensivos agrícolas. 8ª ed. rev. ampl. São Paulo. Andrei, 2009.		
BORTOLI, S.A. de; BOIÇA JUNIOR, A.L.; OLIVEIRA, J. E. de M. Agentes de controle biológico. Ed. Funep, 2006.		
CRUZ, I. et al, Manual de identificação de pragas da cultura do milho. EMBRAPA Milho e Sorgo, Sete Lagoas, 1997, 71p.		
PARRA, J. R. P.; BOTELHO, P. S. M.; CORRÊA-FERREIRA, B. S.; BENTO, J. M. S. Controle Biológico no Brasil: parasitoides e predadores. Ed. Manole, 2002.		

<b>Nome: Fitopatologia</b>		
<b>Carga Horária:</b> 32 horas	<b>Teórica:</b> 24 horas	<b>Prática:</b> 8 horas
<b>Ementa</b>		
Histórico e importância da Fitopatologia. Conceito de doença. Sintomatologia e diagnose de plantas. Agentes causais de doenças biótica e abióticas. Fungos, bactérias, Vírus e nematoides. Classificação das doenças de plantas. Princípios gerais de controle.		
<b>Bibliografia Básica</b>		
BERGAMIN FILHO, A.; KIMATI, H.; AMORIM, L. Manual de fitopatologia: doenças das principais culturas. 3ª ed. São Paulo: Agronômica Ceres, 1995. 919 p. v.1.		
GALLI, F. Manual de fitopatologia: princípios e conceitos. São Paulo: Agronômica Ceres, 1978. v. 1.		
GALLI, F. Manual de fitopatologia: doenças das plantas cultivadas. São Paulo: Agronômica Ceres, 1980. v. 2.		
<b>Bibliografia Complementar</b>		
ZAMBOLIM, L. et al. (Ed.). Manejo Integrado: doenças, pragas e plantas daninhas. Viçosa/MG: UFV, Departamento de Fitopatologia, 2000. 416p.		
AZEVEDO, L. A. S. Fungicidas protetores: fundamentos para o uso racional. São Paulo, 2003. 320p.		
TRABULSI, L.R. et. al. Microbiologia. 5ª ed. São Paulo: Atheneu, 2008. 780p.		
ROMERO, R.S. Bactérias Fitopatogênicas. Viçosa: Imprensa Universitária. 1995.		
ZAMBOLIM, L. et al. (Ed.). O essencial da fitopatologia: agentes causais. Viçosa/MG: UFV, Departamento de Fitopatologia, 2012. 364p.		

<b>Nome: Plantas Daninhas</b>		
<b>Carga Horária:</b> 32 horas	<b>Teórica:</b> 24 horas	<b>Prática:</b> 8 horas
<b>Ementa</b>		
Ecofisiologia das plantas daninhas. Aspectos positivos e negativos das plantas daninhas. Aspectos gerais sobre alelopatia. Métodos de manejo e controle das plantas daninhas (preventivo, biológico, mecânico, físico, cultural, químico). Controle químico: conceitos, vantagens e desvantagens, fatores que afetam a absorção de herbicidas. Classificação dos herbicidas. Herbicidas no ambiente. Uso e manejo de herbicidas nas principais culturas.		
<b>Bibliografia Básica</b>		

ANDREI, E. Compêndio de defensivos agrícolas: guia prático de produtos fitossanitários. 9ª ed., São Paulo. Editora Andrei, 2013. 1616p.  
 BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária, Brasil. Secretaria de Defesa Agropecuária. Regras para análise de sementes. MAPA, 2009, 395p.  
 LORENZI, H. Manual de identificação controle plantas daninhas. 6ª ed. Nova Odessa, SP: Editora: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2006. 339p.

**Bibliografia Complementar**

CARVALHO, L. B. Plantas Daninhas. Editado pelo autor, Lages, SC, 2013, e-ISBN 978-85-912712-2-1  
 LORENZI, H. Plantas daninhas do Brasil: terrestre, aquáticas, parasitas, tóxicas e medicinais. 4ª ed. Nova Odessa, SP: Ed. Plantarum, 2008, 672p.  
 SILVA, A. A.; SILVA, J. F. Tópicos em manejo de plantas daninhas. Viçosa: Editora. UFV, 2007.  
 SILVA, J. F.; MARTINS, D. Manual de aulas práticas de plantas daninhas. Jaboticabal: FUNEP, 2013, 184p.  
 VIDAL, A. R. Ação dos herbicidas: absorção, translocação e metabolização. Editora Evangraf, 2002. 89p.

**Nome: Defensivos Agrícolas**

<b>Carga Horária:</b> 32 horas	<b>Teórica:</b> 24 horas	<b>Prática:</b> 8 horas
--------------------------------	--------------------------	-------------------------

**Ementa**

Defensivos como ferramentas na proteção de plantas e sua importância na agricultura moderna – Precauções no manuseio de defensivos – Classes toxicológicas de defensivos. Classes de defensivos quanto ao uso - Formulação de defensivos – Tecnologia de aplicação de defensivos. Destinação de embalagens vazias – Sistema AGROFIT para escolha de defensivos.

**Bibliografia Básica**

ANDREI, E. Compêndio de Defensivos Agrícolas. São Paulo, 2005. 1142p.  
 SOUZA, P.E. & DUTRA, M.R. Fungicidas no controle e manejo de doenças de plantas. Lavras, Editora UFLA. 2003. 165p  
 BARBOSA, L.C.A. Os pesticidas o homem e o meio ambiente. Viçosa, Editora UFV. 2004. 215p.

**Bibliografia Complementar**

GHINI, R. & KIMATI, H. Resistência de fungos a fungicidas. Jaguariúna, Embrapa Meio Ambiente. 2000.  
 MATUO, T. Técnicas de Aplicação de Defensivos Agrícolas. FUNEP/UNESP. Jaboticabal, 1990. 139p.  
 REIS, E.M.; FORCELINI, C.A. & REIS, A.C. Manual de Fungicidas: Guia para o controle químico de doenças de plantas. Florianópolis, Editora Insular. 2001. 172p.  
 RODRIGUES, B.N. & Almeida, F.S. Guia de Herbicidas. 2005. 592p.  
 BERGAMIN FILHO, A.; KIMATI, H. & AMORIM, L. eds. Manual de Fitopatologia. Volume 1 - Princípios e Conceitos. 3ª ed., Editora Agronômica Ceres Ltda. São Paulo. 1995. 920p.

**Nome: Agroecologia e Gestão Ambiental**

<b>Carga Horária:</b> 32 horas	<b>Teórico:</b> 24 horas	<b>Prático:</b> 8 horas
--------------------------------	--------------------------	-------------------------

**Ementa**

Conceito e importância; ecologia agrícola; biodiversidade; agricultura sustentável; agricultura orgânica; adubação orgânica; manejo de resíduos orgânicos; compostagem; biodinâmica; controle biológico de pragas e doenças. Histórico, política ambiental e crescimento econômico. Gestão do meio ambiente: princípios e instrumentos. Legislação: certificação ambiental, legislação ambiental.

**Bibliografia Básica**

ALTIERI, M. A. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 3ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2001. (Síntese Universitária, 54). ALMEIDA, J.R.; MELO, C.S.; CAVALCANTI, Y. Gestão Ambiental. Thex Editora, 2ª ed., 2002, 220 p.  
 LOPES, I. V. *et al.* Gestão Ambiental no Brasil. Fundação Getúlio Vargas Editora, 5ª ed., 2004, 377 p.

**Bibliografia Complementar**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 14001: sistemas de gestão ambiental – requisitos com orientações para uso. Rio de Janeiro, 2004, 27 p.  
 BARBIERI, J.C. Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. Saraiva, 2004. 328 p.  
 LITTLE, P.E. (org.). Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências. São Paulo: Peirópolis; IIEB, 2003.  
 ZHOURI, A.; LASCHESFI, K.; PEREIRA, D. B. (orgs). A insustentável leveza da política ambiental: Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 27-47.  
 BRITO, F.A.; CÂMARA, J.B.D. Democratização e Gestão Ambiental: em busca do desenvolvimento sustentável. 3ª ed. Editora Vozes, 2002, 332 pp.

**13.5 Componentes Curriculares do 2º Módulo**

**Nome: Desenho e Construções Rurais**

<b>Carga Horária:</b> 64 horas	<b>Teórico:</b> 16 horas	<b>Prático:</b> 48 horas
--------------------------------	--------------------------	--------------------------

**Ementa**

Introdução ao desenho técnico. Materiais utilizados em desenho técnico, formatos de papel, margem de desenho e de corte, dobragem e rótulos. Caligrafia Técnica. Normas técnicas da ABNT. Aplicação de linhas em desenhos. Introdução à Construções Rurais. Materiais e técnicas de construção. Planejamento geral das edificações e instalações. Desenho técnico arquitetônico. Principais instalações e benfeitorias para fins rurais. Orçamento e memorial descritivo.

**Bibliografia Básica**

SILVA, A.; RIBEIRO, C.T.; DIAS, J.; SOUSA, L.. Desenho técnico moderno. 4ª ed. Editora LTC. 2006.  
 UNTAR, J. e JENTZSCH, R.. Desenho arquitetônico. Editora UFV. 1987  
 CARNEIRO, O. Construções rurais. São Paulo, 8ª ed. Nobel, 1979. 719p.

**Bibliografia Complementar**

MICELI, M. T.; FERREIRA, P. Desenho Técnico Básico. 3ª ed. Editora LTC. 2008.  
 FRENCH, T.E.; VIERCK, C.J. Desenho Técnico e Tecnologia Gráfica. 6ª ed. Editora Globo. São Paulo 1999.  
 MONTENEGRO, G. Desenho Arquitetônico. 4ª ed. Editora Edgard Blucher. São Paulo. 1978.  
 BAETA, F. C.; SOUZA, F. Anatomia em edificações rurais: conforto animal. Viçosa: UFV, 1997. 246P.  
 PEREIRA, M. F. Construções rurais. 4ª ed. São Paulo: Roca, 1986. 330p.

**Nome: Máquinas e Mecanização Agrícola**

<b>Carga Horária:</b> 64 horas	<b>Teórico:</b> 32 horas	<b>Prático:</b> 32 horas
--------------------------------	--------------------------	--------------------------

**Ementa**

Tratores e máquinas agrícolas: classificação, estudo orgânico e funcional, regulagens, operação, manutenção. Noções básicas de funcionamento de motores. Legislação e Normas para segurança em máquinas agrícolas. Planejamento e gerenciamento da mecanização agrícola.

**Bibliografia Básica**

BALASTREIRE, L.A. Máquinas Agrícolas. São Paulo: Manole, 2005. 310p.  
 MIALHE, L. G. Manual de mecanização agrícola. São Paulo: Editora Agronômica Ceres Ltda., 1974. 310p.  
 GRANDI, L.A. O trator e a sua mecânica. v. 2, Lavras: UFLA/FAEPE, 1998.

**Bibliografia Complementar**

MIALHE, L.G. Máquinas motoras na agricultura. São Paulo, Ed. da USP, 1980. Vol. 1 e 2.  
 MORAES, M.L.B. & REIS, A.V. Máquina para colheita e processamento dos grãos. Pelotas, Ed. UFPel, 1999. 150p.  
 SILVEIRA, Gastão Moraes da. Os cuidados com o trator. Ed. Aprenda Fácil Editora, 2001.  
 PORTELLA, J. A. Semeadoras para plantio direto. Viçosa: Aprenda Fácil. 2001. 252p.  
 SILVEIRA, G. M. O preparo do solo: implementos corretos. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1988. 243p.

<b>Nome: Irrigação e Drenagem</b>		
<b>Carga Horária:</b> 48 horas	<b>Teórico:</b> 32 horas	<b>Prático:</b> 16 horas
<b>Ementa</b>		
<p>Conceito e importância. Constituição do solo. A água no sistema solo-planta-atmosfera. Evapotranspiração. Manejo da água em sistemas irrigados. Qualidade da água para irrigação. Métodos e sistemas de irrigação. Avaliação de sistemas irrigação. Drenagem de terras agrícolas.</p>		
<b>Bibliografia Básica</b>		
<p>AZEVEDO NETTO, J. M. Manual de Hidráulica. 8ª ed., São Paulo: Edgar Blucher, 1998. 669 p.          BERNARDO, S. Manual de Irrigação. 8ª ed., Viçosa: UFV, 2008. 625 p.          MANTOVANI, E. C.; BERNARDO, S. PALARETTI, L. F. Irrigação: Princípios e Métodos. 3ª ed., Viçosa: UFV, 2009. 355 p.</p>		
<b>Bibliografia Complementar</b>		
<p>REICHARDT, K.; TIMM, L. C. Solo, planta e atmosfera: conceitos, processos e aplicações. São Paulo, Editora Manole, 2004. 478p.          AZEVEDO, J. A.; SILVA, E. M. Tensiômetro: Dispositivo prático para o controle da irrigação. Planaltina: Embrapa Cerrados, 1999. 33 p. (Circular técnica nº 0001, Arquivo em PDF).          BRANDÃO, V. S.; CECÍLIO, R. A.; PRUSKI, F. F.; SILVA, D. D. Infiltração da água no solo. 3ª ed., Viçosa: UFV, 2009. 120 p.          CRUCIANI, D. E. A. Drenagem na Agricultura. São Paulo: Nobel, 1986. 337p.          PENTEADO, S.R. Manejo da água e irrigação: na propriedade ecológica. Editora Via orgânica, 2008. 210p.</p>		

<b>Nome: Uso, Manejo e Conservação Do Solo</b>		
<b>Carga Horária:</b> 64 horas	<b>Teórico:</b> 32 horas	<b>Prático:</b> 32 horas
<b>Ementa</b>		
<p>Conceitos Básicos em Conservação do Solo. Tipos de erosão. Dimensionamento de Práticas de Controle da Erosão. Práticas Conservacionistas. Fatores, processos e efeitos da degradação do solo. Recuperação do solo degradado. Planejamento de uso do solo. Classificação de Terras no Sistema de Capacidade de Uso.</p>		
<b>Bibliografia Básica</b>		
<p>FREIRE, O. Solos das regiões tropicais. Botucatu: FEPAF, 2006. 268p.          OLIVEIRA, T. S. Solo e água: aspectos de uso e manejo. Fortaleza: Editora da UFC, 2004.          PIRES, F.R.; SOUZA, C.M. Práticas mecânicas de conservação do solo e da água. 2ª ed., Viçosa, 2006. 216p.</p>		
<b>Bibliografia Complementar</b>		

GUERRA, A. J. T.; SILVA, A. S.; BOTELHO, R. G. M. Erosão e conservação de solos: conceitos temas e aplicações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

KER, J.C.; et al. Pedologia: fundamentos. Viçosa: SBCS, 2012. 343p.

LEPSCH, I. F. Formação e conservação dos solos. São Paulo: Oficina de Textos, 2005. 192p.

PRUSKI, F. F. Conservação de solo e água: práticas mecânicas para o controle da erosão hídrica. Viçosa: Editora UFV, 2006. 240p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. O solo no meio ambiente: abordagem para professores do ensino fundamental e médio e alunos do ensino médio. Departamento de Solos e Engenharia Agrícola. Curitiba: Departamento de Solos e Engenharia Agrícola, 2007. 130p.

<b>Nome: Olericultura</b>		
<b>Carga Horária:</b> 48 horas	<b>Teórico:</b> 32 horas	<b>Prático:</b> 16 horas
<b>Ementa</b>		
Ecofisiologia das principais culturas olerícolas. Fatores climáticos que afetam a produção de plantas olerícolas e morfologia. Sistemas de manejo, qualidade bromatológica e fitossanitárias das culturas. Produção de sementes. Rotação, consorciação e sucessão de culturas. Armazenamento e comercialização. Abordagem das principais culturas da região. Viabilidade sócio-econômica e ambiental dos sistemas de produção: convencional e alternativo.		
<b>Bibliografia Básica</b>		
ANDRIOLO, J.L. Olericultura geral: princípios e técnicas. 1ª ed. Santa Maria: UFSM, 2002, 158p.		
CHITARRA, M.I.F.; CHITARRA, A.B. Pós-colheita de frutos e hortaliças: fisiologia e manuseio. Lavras: ESAL/FAEPE, 1990. 293 p.		
BORNE, H.R. Produção de Mudanças de Hortaliças. Guaíba, RS. Ed. Agropecuária, 1999. 189p.		
<b>Bibliografia Complementar</b>		
FONTES, P.C.R. Olericultura: Teoria e prática. Viçosa: UFV. 2005. 486 p.		
MURAYAMA, S. Horticultura. Campinas: ICEA, 1983. 322 p.		
NETO, J. F. Manual de horticultura ecológica: Auto suficiência em pequenos espaços. São Paulo: Nobel, 1995.		
CHITARRA, M. I. F. Colheita e qualidade pós-colheita de frutos. Informe agropecuário, Belo Horizonte, v. 17, n. 179, p. 8-18, 1994.		
FILGUEIRA, F. A. R. Novo Manual de olericultura: Agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. Viçosa: UFV, 2000. 402 p.		

<b>Nome: Fruticultura</b>		
<b>Carga Horária:</b> 48 horas	<b>Teórico:</b> 32 horas	<b>Prático:</b> 16 horas
<b>Ementa</b>		
Importância, econômica, ecológica e social da fruticultura e silvicultura. Perspectivas e limitações da Fruticultura. Planejamento e implantação de pomar. Manejo do pomar. Propagação sexuada e assexuada. Implantação de viveiros. Estudo das principais espécies frutíferas de clima temperado e subtropical. Colheita, pós-colheita de frutas, classificação e armazenamento.		
<b>Bibliografia Básica</b>		
CASTRO, P.R.C.; KLUGE, R.A. Ecofisiologia de fruteiras tropicais: abacaxizeiro, maracujazeiro, mangueira, bananeira e cacauzeiro. São Paulo: NOBEL, 1999.		
GOMES, P. Fruticultura Brasileira. 13ª Ed. São Paulo: Nobel, 2012.		
PENTEADO, S.R. Manual de fruticultura ecológica. 2ª ed. Via orgânica, 2010.		
<b>Bibliografia Complementar</b>		



ALVES, E.J. (org). A cultura da banana: aspectos técnicos, socioeconômicos e agroindustriais. 2ª ed. revis. Brasília: EMBRAPA-CNPMPF-SPI, 1997.

CHITARRA, M.I.F.; CHITARRA, A.B. Pós-colheita de frutas e hortaliças: fisiologia e manuseio. Lavras, MG: UFLA, 2005.

CUNHA, G.A.P. da; CABRAL, J.R.S.; SOUZA, L.F. da S. O Abacaxizeiro: cultivo, agroindústria e economia. Brasília: Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia, 1999.

MANICA, I. et al. Acerola: tecnologia de produção, pós-colheita, congelamento, exportação, mercados. Porto Alegre, RS: Cinco Continentes, 2003.

SIMÃO, S. Tratado de Fruticultura. Piracicaba, SP: FEALQ, 1988.

### 13.6 Componentes Curriculares do 3º Módulo

<b>Nome: Culturas Anuais</b>		
<b>Carga Horária:</b> 64 horas	<b>Teórico:</b> 48 horas	<b>Prático:</b> 16 horas
<b>Ementa</b>		
Origem. Importância sócio-econômica. Fisiologia da Produção. Exigências Climáticas. Solos, Nutrição e adubação, Técnicas de cultivo, Cultivares. Semeadura. Exigências Mineraias. Tratos Culturais. Tratos Fitossanitários. Operações de pré-colheita e colheita, Beneficiamento e Comercialização das Culturas da Soja, Feijão e Sorgo, Milho, Arroz, Algodão e Girassol.		
<b>Bibliografia Básica</b>		
SEDIYAMA T., Tecnologias de produção e usos da soja. Editora: Mecenias, 2009.		
VIEIRA, C.; PAULA JÚNIOR, T. J.; BORÉM, A. Feijão. 2ª ed. Viçosa: Editora UFV, 2006.		
FORNASIERI FILHO, D. Manual da cultura do sorgo. Editora Funep, 2009. 202p.		
GALVÃO, L. C. C.; MACHADO, G.V. (Eds.). Tecnologias de Produção de Milho. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2004, 366p.		
<b>Bibliografia Complementar</b>		
FORNASIERI FILHO, D.; FORNASIERI, J.L. Manual da cultura do arroz. Editora FUNEP, 2006. 589p.		
STONE, L.F.; MOREIRA, J.A.A. (eds). Feijão: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Brasília, DF: Editora Embrapa, 2003. 203p. (Coleção 500 Perguntas 500 Respostas).		
CASTRO, P.R.C.; KLUGE, R.A. (Coord.) Ecofisiologia de cultivos anuais. São Paulo, SP: Ed. Nobel, 1999,		
FORNASIERI FILHO, D.; FORNASIERI, J.L. Manual da cultura do arroz. Editora FUNEP, 2006. 589p.		
KIMATI, H.; AMORIM, L.; REZENDE, J.A.M.; BERGAMIN FILHO, A.; CAMARGO, L.E.A. (eds.). Manual de fitopatologia – Vol.2: Doenças das plantas cultivadas. 4ª ed. São Paulo: Ed. Agronômica Ceres, 2005. 663p.		

<b>Nome: Silvicultura</b>		
<b>Carga Horária:</b> 16 horas	<b>Teórico:</b> 8 horas	<b>Prático:</b> 8 horas
<b>Ementa</b>		
Introdução; dinâmica das florestas tropicais; regeneração natural; métodos e sistemas silviculturais aplicados às florestas tropicais; conhecimentos básicos para produção de mudas silvicultura e manejo de recursos não madeireiros.		
<b>Bibliografia Básica</b>		

CARVALHO, P.E.R. <b>Espécies florestais brasileiras</b> - recomendações silviculturais, potencialidades e uso da madeira. Colombo. Brasília: EMBRAPA - CNPF / SPI, 1994.
CARNEIRO, J. G. A. <b>Produção e Controle de Qualidade de Mudanças Florestais</b> . 1ª ed. Curitiba, folha de Viçosa, 1995.
GALVÃO, A. P. M. <b>Reflorestamento de Propriedades Rurais para Fins Produtivos e Ambientais</b> : um guia para ações municipais e regionais. Brasília: EMBRAPA – Comunicação para a transferência de tecnologia; Colombo: EMBRAPA Florestas, 2000.
<b>Bibliografia Complementar</b>
PETERS, Edson Luiz. <b>Meio Ambiente &amp; Propriedade Rural</b> . 1ª ed. Curitiba: Ed. Juruá Ltda., 2006.
REITZ, Roberto; KLEIN, Roberto M.; REIS, Ademir. <b>Projeto Madeira: do Rio Grande do Sul</b> . Porto Alegre: CORAG, 1988.
FERREIRA, Aracéli Cristina de Souza. <b>Contabilidade Ambiental</b> . 2ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2006.
SCOLFORO, J. R. S. <b>Manejo Florestal</b> . Lavras. UFLA / FAEPE, 1997. 438p.
RIZZINI, C. T. <b>Árvores e Madeiras Úteis do Brasil</b> : manual de dendrologia brasileira. São Paulo, Editora Blucher Ltda., 1990.

<b>Nome: Administração Rural e Projetos Empresariais</b>		
<b>Carga Horária:</b> 32 horas	<b>Teórico:</b> 16 horas	<b>Prático:</b> 16 horas
<b>Ementa</b>		
Conceitos e aplicações. Organizações rurais. Ambiente organizacional. Administração no Agronegócio. A empresa rural. Recursos da empresa. Níveis da ação administrativa. A tomada de decisão. O processo administrativo. Comercialização agrícola. Fundamentos de Projetos Agropecuários. Gestão Empresarial, projeto, fases do projeto, implantação, programação, engenharia simultânea, gerenciamento, execução do projeto e avaliação. Visão integrada da gestão de projetos; Metodologias e Ferramentas de gerenciamento de projetos.		
<b>Bibliografia Básica</b>		
CHIAVENATO, I. <b>Introdução à Teoria Geral da Administração</b> . 4ª ed., São Paulo: Makron Books, 1993.		
HOFFMANN, R.; ENGLER, J. J. C.; SERRANO, O.; THAME, A. C. M.; NEVES, E. M. <b>Administração da Empresa Agrícola</b> . 7ª ed., São Paulo: Pioneira, 1992. 325p.		
NORONHA, J. F. <b>Projetos Agropecuários: Orçamentos Administração Financeira e Viabilidade Econômica</b> . São Paulo: Atlas, 1987. 269p.		
<b>Bibliografia Complementar</b>		
BRITO, P. <b>Análise e viabilidade de projetos de investimentos</b> . Atlas, 2007.		
CAVALIERI, A et al. <b>AMA - Manual de Gerenciamento de Projetos</b> . Brasport, 2009.		
SOUZA, R.; GUIMARÃES, J. M. P.; MORAIS, V. A.; VIEIRA, G.; ANDRADE, J. G. <b>Administração da Fazenda</b> . Coleção do Agricultor. Rio de Janeiro: Globo, 1992. 211p.		
PMI. <b>PMBOK Guia do Conjunto de Conhecimentos em Gerenciamento de Projetos</b> . Project Management, 2009. TORRES, Cleber; LELIS, Joao Caldeira. <b>Garantia de Sucesso em Gestão de Projetos</b> . Brasport, 2009.		

<b>Nome: Defesa Sanitária Vegetal</b>		
<b>Carga Horária:</b> 16 horas	<b>Teórico:</b> 8 horas	<b>Prático:</b> 8 horas
<b>Ementa</b>		
A importância da Defesa Sanitária Vegetal. Acordos Internacionais, Legislação Nacional e Estadual; Normas Internacionais de Medidas Fitossanitárias; Barreiras Fitossanitárias. Certificação Fitossanitária. Pragas regulamentadas, Pragas não Quarentenárias Regulamentadas.		



<b>Bibliografia Básica</b>		
BRASIL. Ministério da agricultura e reforma agrária. <b>Agrotóxicos; legislação e receituário agrônomo</b> . Florianópolis, MARA/SERDV, 1991. 64p		
GELMINI, G. A. <b>Agrotóxicos: legislação básica</b> . Campinas, Fundação Cargill, 1991. 838p.		
GUERRA, M. de S. <b>Generalidades sobre receituário agrônomo</b> . Folheto biblioteca CCA.		
<b>Bibliografia Complementar</b>		
BULL, D. & HATHAWAY, D. <b>Pragas e venenos: agrotóxicos no Brasil e no terceiro mundo</b> . Petrópolis, Vozes, 1986. 345p.		
ANDREI. <b>Compendio de defensivos agrícolas: guia prático de produtos fitossanitários para uso agrícola</b> . 6ª ed. São Paulo, Andrei, 1999. 672 p.		
LARINI, I. <b>Toxicologia</b> . São Paulo, Manole, 1987. 315p.		
DIEGO, J. S. de & DIEGO, J. S. de. <b>Intoxicaciones producidas por pesticidas</b> . 2ª ed. Madrid, Ministério da Agricultura, 1977. 195 p.		
SILVA JR., D.F. <b>Legislação federal (incluso cf 88 atualizadas): agrotóxicos e afins</b> . São Paulo: INDAX ADV, 2003.		

<b>Nome: Anatomia, Fisiologia e Saúde Animal</b>		
<b>Carga Horária:</b> 32 horas	<b>Teórico:</b> 16 horas	<b>Prático:</b> 16 horas
<b>Ementa</b>		
Anatomia e fisiologia dos tecidos, órgãos, aparelhos e sistemas. Conceitos e aplicações de be animal. Mecanismos centrais de controle e transferência de energia térmica nas diversas espécies dos animais de interesse zootécnico. Comportamento dos principais animais de produção. Pr doenças dos animais de produção: Etiologia, Sinais clínicos, Diagnóstico, Profilaxia e C Procedimentos de limpeza das instalações, equipamentos e biossegurança. Medicamentos: classi via de aplicação, Conservação e validade. Procedimentos de coleta e envio de material para ané laboratório. Legislação sanitária e conservação do meio ambiente.		
<b>Bibliografia Básica</b>		
TEIXEIRA, A. S.. <b>Alimentos e Alimentação dos Animais</b> . 4ª ed. Lavras: UFLA/FAEP, 1990,399p.		
ANDRIGUETO, J. M. [et. al.] <b>Nutrição Animal, as bases e os fundamentos da nutrição animal</b> . V-1. -São Paulo: Nobel, 1984, 395p.		
ANDRIGUETO, J. M. [et. al.] <b>Nutrição Animal, alimentação animal</b> . V-2. São Paulo: Nobel, 1983, 425p.		
<b>Bibliografia Complementar</b>		
CUNNINGHAM, J.G. <b>Tratado de Fisiologia Veterinária</b> . 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.		
FRANDSON,R.D., WILKE,W.L. e FAILS, A.D. <b>Anatomia e Fisiologia dos Animais de Fazenda</b> .6ª.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.		
GONZÁLEZ, F.H.D. e da SILVA, S.C. <b>Introdução à Bioquímica Clínica Veterinária</b> . 2º ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.		
GETTY, R. , SISSON.S e GROSSMAN, J.D. <b>Anatomia dos Animais Domésticos</b> . 5ª ed., Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1986.		
TIZARD, I.R. <b>Imunologia Veterinária: uma introdução</b> . 6ª ed., São Paulo: Ed. Roca, 2002.		

<b>Nome: Nutrição Animal e Forragicultura</b>		
<b>Carga Horária:</b> 48 horas	<b>Teórica:</b> 32 horas	<b>Prática:</b> 16 horas
<b>Ementa</b>		
Introdução e conceitos de Nutrição Animal; Classificação e composição dos alimentos; Uso de aditivos em nutrição animal; Teorias da Regulação do Consumo; Medidas de avaliação do valor		

nutritivo; Fontes suplementares de vitaminas e minerais; Formulação de rações; Processamento dos alimentos. Histórico e Importâncias das pastagens. Conceitos atuais em forragicultura. Morfologia e Fisiologia das plantas forrageiras. Principais plantas forrageiras utilizadas no Brasil e suas características agrônomicas e biológicas. Valor nutritivo de plantas forrageiras. Formação de pastagem. Degradação, recuperação e renovação de pastagem. Manejo e adubação de pastagens. Produção de sementes. Pragas e Plantas tóxicas em pastagens. Conservação de forragens. Integração lavoura pecuária.

#### **Bibliografia Básica**

PEIXOTO, A.M.; SILVA, J.C.M.; PED, C.G.S. **Inovações tecnológicas no Manejo de Pastagens**. Editora: FEALQ, 2002.

PIRES, W. et al. **Manual de Pastagem – Formação, Manejo e Recuperação**. 1ª ed. Editora: Aprenda fácil, 2005.

ANDRIGUETTO, J. M. et al. **Nutrição animal: as bases e os fundamentos da nutrição animal, os alimentos**. vol 1. São Paulo, SP: Nobel, 2002 (reimpressão 2006).

#### **Bibliografia Complementar**

PEIXOTO, A. M.; SILVA, J. C. M. **Planejamento de Sistemas de Produção em Pastagens**. Editora: FEALQ, 2001.

ANDRIGUETTO, J. M. [et. al.] **Nutrição Animal, as bases e os fundamentos da nutrição animal**. V-1. -São Paulo: Nobel, 1984, 395p.

REIS, R. A. et al. **Volúmosos na Produção de Ruminantes – Valor Alimentício de Forragens**, 2003.

BERTECHINI, A. G. **Nutrição de monogástricos**, UFLA, Lavras, 2006.

PEREIRA FILHO, I.A.; RODRIGUES, J.A.S.; Cruz, J.C. et al. **Produção e Utilização de Silagem de Milho e Sorgo**. 1ª ed. 2004.

#### **Nome: Apicultura**

**Carga Horária:** 16 horas

**Teórico:** 8 horas

**Prático:** 8 horas

#### **Ementa**

Panorama geral da Apicultura (Situação comercial e Aspectos Econômicos); Origem, evolução e classificação zootécnica das abelhas; Raças de abelhas, Anatomia e biologia da abelha; Ciclo de vida das abelhas; Produtos Apícolas; Equipamentos e Infraestruturas para a produção Apícola; Tipos de Colmeias, construção e cuidados com as mesmas; Implantação de apiários; Captura de Enxames; Manejo das Colmeias (revisão, distribuição de caixilhos; enxameação, pilhagem, união e divisão de enxames e transporte de colmeias); Alimentos e Alimentação das Abelhas (flora apícola e alimentos artificiais); Manejo da colheita de mel e dos produtos apícolas, envase e marketing; Pragas e doenças nas Abelhas.

#### **Bibliografia Básica**

COUTO, R. H. N. **Apicultura: Manejo e produtos**. 3ª ed. Jaboticabal: FUNEP, 2006. 193p.

FREITAS, B. M. **A Vida das Abelhas**. Fortaleza: Craveiro & Craveiro, 1999, v.01. Livro em CD-Rom.

WIESE, H. **Apicultura: novos tempos**. 2ª ed., Guaíbas: Agrolivros, 2005. 378p.

#### **Bibliografia Complementar**

BARBOSA, A. L.; PEREIRA, M. P.; VIEIRA NETO, J. M. **ABC da agricultura familiar**. Editora: EMBRAPA, 2007. 113p.

BRANDÃO, A. L. S.; BOARETTO, M. A. C. **Apicultura Atual - Diversificação de Produtos**, editora UESB, Vitória da Conquista, BA. 1990, 150p.

PINHEIRO, A. L.; CÂNDIDO, J. F. **As árvores e a apicultura**. Editora Independente: 2009. 71p.

WIESE, H. **Apicultura: Novos Tempos**. 2ª ed., Editora Agro Livros, 2005, 378p.

WINSTON, M. L. **A Biologia da Abelha**. Porto Alegre: Editora Magister, 2003, 427 p.

<b>Nome: Avicultura</b>		
<b>Carga Horária:</b> 48 horas	<b>Teórica:</b> 32 horas	<b>Prática:</b> 16 horas
<b>Ementa</b>		
A cadeia produtiva avícola no Brasil e no mundo; Importância econômica da Avicultura; Principais raças e linhagens; Sistemas de produção; Instalações e equipamentos para frangos de corte e postura; Ambiente e bem estar animal; Planejamento da produção de frangos de corte e postura. Fisiologia da postura e a importância da iluminação na produção de ovos; Principais doenças e medidas profiláticas das aves; comercialização e custos de produção.		
<b>Bibliografia Básica</b>		
FERREIRA, M. G. <b>Produção de aves corte e postura</b> . 2º ed. Guaíba, RS: Agropecuária, 1993. LANA, R. Q. <b>Avicultura</b> . Campinas, SP: Livraria e Editora Rural, 2000. MENDES, A.; NÃAS, I.; MACARI, M. <b>Produção de Frangos de corte</b> . Campinas, SP: FACTA, 2004.		
<b>Bibliografia Complementar</b>		
ALBINO, L. F. T; TAVERNARI, F. C. <b>Produção e manejo de frangos de corte</b> . Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008. ENGLERT, S. <b>Avicultura: tudo sobre raças, manejo e nutrição</b> . Guaíba, RS: Agropecuária, 1998. MACARI, M.; GONZALES, E.; FURLAN, R. <b>Produção de Frangos de Corte</b> . Campinas, SP: FACTA, 2004. MALAVAZZI, G. <b>Avicultura: manual prático</b> . São Paulo, SP: Nobel, 1999. SANTOS, B. M. dos; MOREIRA, M. A. S.; DIAS, C. C. A. <b>Manual de doenças avícolas</b> . Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008.		

<b>Nome: Piscicultura</b>		
<b>Carga Horária:</b> 32 horas	<b>Teórica:</b> 24 horas	<b>Prática:</b> 8 horas
<b>Ementa</b>		
Anatomia e fisiologia dos peixes; Principais espécies de peixes de água doce; Qualidade de água na piscicultura; Calagem e adubação de viveiros; Alimentação de peixes; Reprodução de peixes; Instalações para criação de peixes; Sistemas de criação de peixes. Situação atual e perspectivas para a produção de peixes de água doce; Noções de Anatomia e Fisiologia; Construções e Instalações; Qualidade e manejo da água; Sistemas de Criação e manejo; Espécies; Reprodução.		
<b>Bibliografia Básica</b>		
BALDISSEROTTO, B. <b>Fisiologia de Peixes Aplicada à Piscicultura</b> . Ed UFSM, 2002. 212p. BARCELLOS, L. J. G. (Org.). <b>Policultivo de Jundiás, Tilápias e Carpas: uma alternativa de produção para a piscicultura rio-grandense</b> . Passo Fundo: UPF Editora, 2006. 127p. DE SOUSA, E. C. P. M.; TEIXEIRA FILHO, A. R. <b>Piscicultura Fundamental</b> . Ed. Nobel, 2007. 88pg.		
<b>Bibliografia Complementar</b>		
BALDISSEROTTO, B. E L.C. GOMES. <b>Espécies Nativas para Piscicultura no Brasil</b> . Ed. UFSM, Santa Maria, RS, 2005. CYRINO, J. E. P <b>Sistemas de Produção em Piscicultura</b> . Ed. FEALQ Piracicaba, SP, 1996. ZIMMERMANN, S. <b>Fundamentos da Moderna Piscicultura</b> . Ed. ULBRA, Brasília, DF, 2001. TEIXEIRA FILHO, A.R. <b>Piscicultura ao alcance de todos</b> . São Paulo: Nobel, 1991.212p. <b>Piscicultura – Fundamentos e Técnicas de Manejo</b> . Ed Agropecuária, 1998. 211p. HUET, M. <b>Tratado de Piscicultura</b> . Ed. Mundi Prensa. 1998, 749p.		

<b>Nome: Caprinocultura e Ovinocultura</b>		
<b>Carga Horária:</b> 32 horas	<b>Teórica:</b> 24 horas	<b>Prática:</b> 8 horas
<b>Ementa</b>		
Introdução a ovinocultura e caprinocultura; Importância econômica; Raças e seus Cruzamentos; Sistemas de Produção; Instalações e equipamentos; Manejo geral das espécies; Nutrição e Alimentação; Manejo sanitário: principais enfermidades e profilaxia; Manejo reprodutivo; Produção e qualidade da carne; Avaliação e Tipificação de Carcaças; Exploração da pele, lã e demais produtos; Planejamento e gestão da criação, indicadores zootécnicos e evolução do rebanho.		
<b>Bibliografia Básica</b>		
ANUALPEC – <b>Anuário da Pecuária Brasileira</b> . São Paulo, SP: FNP Consultoria e Comércio, 2014. COIMBRA FILHO, A. <b>Técnicas de Criação de Ovinos</b> . Guaíba, RS: Agropecuária, 1992. RIBEIRO, S. D. A. <b>Caprinocultura: Criação racional de caprinos</b> . São Paulo: Nobel. 1997, 317p.		
<b>Bibliografia Complementar</b>		
CEZAR, M. F.; SOUZA, W. H. <b>CARCAÇAS – Ovinas &amp; Caprinas</b> . Ed. Agropecuária Tropical, 1ª ed., Uberaba, MG, 2008. MEDEIROS, L. P.; GIRÃO, E. S.; PIMENTEL, J. C. M. <b>Caprinos. Princípios básicos para sua criação</b> . Embrapa, 1994. RESENDE, M. D. V.; ROSA PERES, J. R. H. <b>Genética e Melhoramento de Ovinos</b> . Curitiba, PR: Ed. UFPR, 2002. SILVA SOBRINHO, A. G. da. <b>Produção de Ovinos</b> . Jaboticabal, SP: FUNEP, 1990. VALVERDE, C. C. <b>250 Maneiras de Preparar Rações Balanceadas Para Ovinos</b> . Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2000.		

### 13.7 Componentes Curriculares do 4º Módulo

<b>Nome: Suinocultura</b>		
<b>Carga Horária:</b> 64 horas	<b>Teórica:</b> 32 horas	<b>Prática:</b> 32 horas
<b>Ementa</b>		
Introdução à suinocultura; Importância econômica; Raças e seus cruzamentos; Melhoramento genético e evolução da espécie; Sistemas de produção de suínos; Instalações e equipamentos utilizados na suinocultura; Manejo produtivo nas unidades de reprodutores, gestação, maternidade, creche, crescimento e terminação; Nutrição e manejo alimentar; Manejo reprodutivo; Manejo sanitário, higiene e profilaxia; Classificação e tipificação de carcaças; Biossegurança e controle sanitário nas granjas suínolas; Tratamento dos dejetos. Planejamento da atividade, gestão e indicadores zootécnicos;		
<b>Bibliografia Básica</b>		
MAFESSONI, E. L. <b>Manual prático de suinocultura</b> . Ed. UPF, Passo Fundo, RS. 2006, 272p. Vol. 1. MAFESSONI, E. L. <b>Manual prático de suinocultura</b> . Ed. UPF, Passo Fundo, RS. 2006, 302p. Vol. 2. SOBESTIANSKI, J.; WENTS, I.; SILVEIRA, P. R. S., SESTI, L. A. C. <b>Suinocultura intensiva: produção manejo e saúde do rebanho</b> . Embrapa SPI: Concórdia. 1998, 388p.		
<b>Bibliografia Complementar</b>		
BERTOLIN, A. <b>Suinocultura</b> . Curitiba, PR: Lítero -Técnica, 1992. BORTOLOZZO, F. P.; WENTZ, I.; BENNEMANN, P. E. et al. <b>Inseminação artificial nasuinocultura tecnificada</b> . Porto Alegre, RS: Pallotti, 2005. GOMIDE, L. A. M.; RAMOS, E. M.; FONTES, P. R. <b>Tecnologia de abate e tipificação de</b>		

**carcaças.** Viçosa, UFV, 2006. 370p.  
**INRA, Alimentação dos Animais Monogástricos - Suínos, Coelhos e Aves, 2ª ed., Ed. Roca, 1999.**  
**OLIVEIRA, P. A. V. Tecnologia para o manejo de resíduos na produção de suínos: manual de boas práticas.** Concórdia: EMBRAPA/CNPISA, 2004. 109p.

<b>Nome: Bovinocultura</b>		
<b>Carga Horária:</b> 64 horas	<b>Teórica:</b> 32 horas	<b>Prática:</b> 32 horas
<b>Ementa</b>		
<p>Importância da atividade leiteira, cenário atual e suas perspectivas; Características das principais raças de leite; Avaliação das opções genéticas para exploração de bovinos leiteiros em regiões tropicais; Sistemas de Produção; Instalações para bovinos leiteiros; Manejo de ordenha: equipamentos, instalações, práticas e qualidade; Crescimento de bovinos leiteiros; Manejo e Nutrição dos bovinos leiteiros nas diferentes fases (Cria, Recria, Lactação e Período Seco); Manejo Sanitário; Manejo reprodutivo. Introdução a Bovinocultura de corte; Sistemas de criação; Características das principais raças; Cruzamentos; Seleção e Melhoramento Genético; Etologia e comportamento animal; Manejo reprodutivo e nutricional do rebanho de cria; Manejo dos bezerros do nascimento à desmama; Recria de novilhas; Recria de novilhos; Sistemas de terminação de bovinos de corte; Nutrição de bovinos em pastejo e em confinamento; Manejo Sanitário; Instalações para bovinos de corte.</p>		
<b>Bibliografia Básica</b>		
<p>MADALENA; F. E ; MATOS, L. L.; HOLANDA JR. E. V. <b>Produção de Leite e Sociedade: Uma Análise Crítica da Cadeia do Leite no Brasil</b>, FEP MVZ Editora, 2001.          LUCHIARI FILHO, A. <b>Pecuária da Carne Bovina</b>, 1ª ed., São Paulo: A. Luchiarri Filho, 2000, 134p.          PEIXOTO, A. M.; MOURA, J. C.; FARIA, V. P. <b>Bovinocultura de corte: fundamentos da exploração racional</b>. Piracicaba: FEALQ, 1993. 580 p.</p>		
<b>Bibliografia Complementar</b>		
<p>ALMEIDA, A. J.; BUNGENSTAB, E. J.; VASCONCELOS, J. T. E.; et al. <b>Novilho Precoce: Caminho para o Sucesso da Pecuária</b>. Campo Grande, MS, 1999, 196p.          RESTLE, J. <b>Eficiência na produção de bovinos de corte</b>. Cadernos Didáticos: UFSM, 2000, 368 p.          CHAPAVAL, L.; PIEKARSKI, P. R. B. <b>Leite de Qualidade: manejo reprodutivo, nutricional e sanitário</b>. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2000.          JARDIM, V. R. <b>Curso de bovinocultura</b>. Campinas: Instituto Campineiro de Estudos Agrônômicos, 1973. 526 p.          ATHIÊ, F. <b>Gado leiteiro: uma proposta adequada de manejo</b>. São Paulo: Nobel, 1988.</p>		

<b>Nome: Pós-Colheita</b>		
<b>Carga Horária:</b> 64 horas	<b>Teórica:</b> 32 horas	<b>Prática:</b> 32 horas
<b>Ementa</b>		
<p>Conceitos básicos de fisiologia pós-colheita de frutas e hortaliças. Causas das perdas pós colheita. Fisiologia e diversidade dos órgãos vegetais e fisiologia do desenvolvimento de produtos hortícolas. Amadurecimento e respiração, Tratamento e manuseio antes do transporte e armazenamento. Sistemas de armazenamento e embalagem. Metabolismo dos grãos no pós colheita, classificação comercial de grãos, armazenamento e beneficiamento de grãos. Controle de pragas e infestações e controle de qualidade dos grãos armazenados.</p>		
<b>Bibliografia Básica</b>		



CHITARRA, M.I.F.; CHITARRA, A.B. <b>Pós-colheita de frutas e hortaliças</b> : fisiologia e manuseio. Lavras, MG: UFLA, 2005.
CHITARRA, M. I. F. <b>Colheita e qualidade pós-colheita de frutos</b> . Informe agropecuário, Belo Horizonte, v. 17, n. 179, p. 8-18, 1994.
MANICA, I. et al. <b>Acerola</b> : tecnologia de produção, pós-colheita, congelamento, exportação, mercados. Porto Alegre, RS: Cinco Continentes, 2003.
<b>Bibliografia Complementar</b>
GOMES, M.S.O. <b>Conservação pós-colheita: frutas e hortaliças</b> . Brasília: EMBRAPA-SPI, 1996.
MORETTI, Celso Luiz. Manual de processamento mínimo de frutas e hortaliças. Brasília: Embrapa Hortaliças, SEBRAE, 2007. 527p.
WEBER, Érico Aquino. Excelência em beneficiamento e armazenagem de grãos. Sales Editora, 2005.
MILMAN, M.J. Equipamentos para pré-processamento de grãos. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária – UFPel.
SILVA, J. S. Secagem e armazenamento de produtos agrícolas. Aprenda Fácil, Viçosa, 2000, 502 p.

<b>Nome: Políticas Públicas e Legislação Ambiental</b>		
<b>Carga Horária:</b> 36 horas	<b>Teórica:</b> 24 horas	<b>Prática:</b> 12 horas
<b>Ementa</b>		
Direito Constitucional e Meio Ambiente. Políticas Públicas e Legislação Ambiental. A política ambiental brasileira. Plano Diretor e subsídios legais para zoneamento ambiental. Diretrizes internacionais de meio ambiente. Legislação federal básica sobre meio ambiente. Meios administrativos e remédios judiciais de proteção ambiental. Unidades de conservação. Licenciamento ambiental. Impacto das políticas públicas nas propriedades rurais.		
<b>Bibliografia básica</b>		
MACHADO, P. A. L. <b>Direito Ambiental Brasileiro</b> . São Paulo: Malheiros, 2009.		
MORAES, L. C. S. <b>Curso de direito ambiental</b> . 2ª ed., São Paulo: Atlas, 2004.		
SÁ, J. D. et al. <b>Legislação ambiental: Mato Grosso</b> . Belém: NAEA, 2009.		
<b>Bibliografia Complementar</b>		
BECHARA, E. <b>Licenciamento e compensação ambiental na lei do Sistema Nacional das Unidades de Conservação (SNUC)</b> . São Paulo: Atlas, 2009.		
BENJAMIM, A. <b>Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação</b> . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.		
CABRAL, N. R. A. J.; SOUZA, M. P. <b>Área de proteção ambiental: planejamento e gestão de paisagens</b> . 2ª ed., São Carlos: Rima, 2005.		
IRVING, M. <b>Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados</b> . Rio de Janeiro: Aquarius, 2006.		
SILVA, José Afonso. <b>Direito ambiental constitucional</b> . 2ª ed., São Paulo: Malheiros, 2013.		

<b>Nome: Processamento de Produtos de origem Animal e Vegetal</b>		
<b>Carga Horária:</b> 64 horas	<b>Teórica:</b> 32 horas	<b>Prática:</b> 32 horas
<b>Ementa</b>		
Obtenção de matéria-prima de origem animal e vegetal. Controle de qualidade. Propriedades físicas e químicas. Métodos de conservação. Embalagens e transporte. Tecnologia de produtos cárneos, lácteos e frutas e hortaliças. Fiscalização, regulamentação e padronização. Conservação de alimentos de origem animal. Tecnologia do leite: aspectos de qualidade e análises físico-químicas. Conservação e industrialização: queijos, manteiga e fermentados. Tecnologia da carne: carnes de suínos, bovinos e aves; normas de abate; conservação; e processamento dos produtos e		

subprodutos.
<b>Bibliografia básica</b>
EVANGELISTA, J. <b>Tecnologia de alimentos</b> . 2ª ed., São Paulo. Atheneu. 652 p. 1998. GAVA, A.J. <b>Princípios de tecnologia de alimentos. Ciência e Tecnologia de Alimentos</b> . São Paulo. Nobel. 242 p. 1998. RAMOS, E. M. & GOMIDE, L. A. de M. <b>Avaliação da Qualidade de Carnes, Fundamentos e Metodologias</b> . Editora UFV, 2009, 599 p.
<b>Bibliografia Complementar</b>
MONTEIRO, A. A.; PIRES, A. C. S.; E ARAÚJO, E. A. <b>Tecnologia de Produção de Derivados de Leite</b> . Caderno Didático 120. Editora UFV, 2007, 81p, 978. FERREIRA, C. L. L. F. <b>Produtos Lácteos Fermentados: aspetos bioquímicos e tecnológicos. Caderno Didático</b> , Viçosa: Editora UFV, n. 43, 2001. OETTERER, M.; REGITANO-d'ARCE, M.A.B. & SPOTO, M.H.F. <b>Fundamentos de Ciência e Tecnologia de Alimentos</b> . Ed. Manole, Barueri, SP. 2006. ORDÓÑEZ, J. & COLS. <b>Tecnologia de Alimentos - Alimentos de origem animal</b> . Editora Artmed, Vol. 2, 2005, 280 p.

### 13.8 Componentes Curriculares – Optativas

<b>Nome: Libras</b>
Carga Horária: 64 horas
<b>Ementa</b>
Este componente curricular visa difusão da Libras, transmitir conceitos corretos a respeito da surdez e suas especificidades, assim como suas variações linguísticas. Cultura e identidade surda; estruturas e processos gramaticais da LIBRAS: fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos; verbos da LIBRAS; formação de frases na LIBRAS; leis e decretos da LIBRAS; variações regionais, sociais e históricas na Libras.
<b>Bibliografia Básica</b>
GESSER, Audrei. <b>Libras? Que língua é essa?</b> São Paulo: Parábola, 2009. QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. <b>Estudos Linguísticos: a língua de sinais brasileira</b> . Porto Alegre: Editora Artmed, 2004. PIMENTA, N. E QUADROS, R. M. <b>Curso de Libras I</b> . (DVD) LSB Vídeo: Rio de Janeiro. 2006.
<b>Bibliografia Complementar</b>
CAPOVILLA, F.; RAPHAEL, Walkiria Duarte. <b>Dicionário Enciclopédia Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais</b> . Imprensa Oficial. São Paulo: 2001. <b>Dicionário Virtual</b> de apoio: <a href="http://www.acessobrasil.org.br/libras/">http://www.acessobrasil.org.br/libras/</a> <b>Dicionário Virtual</b> de apoio: <a href="http://www.dicionariolibras.com.br/">http://www.dicionariolibras.com.br/</a> <b>Legislação Específica de Libras</b> – MEC/SEESP – <a href="http://portal.mec.gov.br/seesp">http://portal.mec.gov.br/seesp</a> PIMENTA, N. <b>Números na língua de sinais brasileira</b> (DVD). LSB Vídeo: Rio de Janeiro. 2009. FERNANDES, S.; STROBEL, K. L. <b>Aspectos linguísticos da língua brasileira de sinais</b> . Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Educação Especial. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 1998. SKLIAR, Carlos. <b>A surdez: um olhar sobre as diferenças</b> . 2ª ed., Porto Alegre: Mediação, 2001.

## 14. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O estágio dos estudantes visa à complementação do processo ensino-aprendizagem em termos de experiência, não será obrigatório, pois está previsto no mínimo 25% da carga horária dos

componentes curriculares em atividades práticas, o que facilitará a inserção do educando no mercado de trabalho, a adaptação social e psicológica deste às atividades profissionais e a orientação do educando na escolha de uma área de atuação profissional.

O Estágio Supervisionado no Ensino Profissionalizante de nível médio não é obrigatório, contudo, se o aluno desejar fazer, deverá obedecer a Lei Nº 11.788/08, que dispõe sobre o estágio dos estudantes. A carga horária será de 120 horas e o aluno poderá desenvolver atividades de estágio a partir do segundo módulo, considerando as seguintes prerrogativas:

- a) A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais;
- b) Apesar de o estágio não ser obrigatório, caso o aluno opte por fazê-lo, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade nos 02 dias que antecedem o Exame Final, para garantir o bom desempenho do estudante, conforme preconiza o Art.10 da lei supracitada.

## **15. METODOLOGIA**

Na perspectiva de aperfeiçoar a formação de técnicos, permitindo a aquisição de competências necessárias para o mercado de trabalho, o curso de Educação Profissional, “Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio” será estruturado de forma modular, sendo composto de 04 (quatro) módulos. O curso será oferecido na sexta-feira (noturno) e aos sábados (matutino e vespertino), com vistas à demanda de mercado e disponibilidade de recursos humanos.

Os procedimentos metodológicos visarão como habilidade cognitiva fundamental, a capacidade de desenvolver competências e transferir conhecimentos de forma criativa para a resolução de situações-problemas detectadas na dinâmica da prática social e produtiva. A metodologia deve ser desenvolvida de forma a contemplar os aspectos envolvidos no desenvolvimento das competências cognitivas, psicomotoras e sócio-afetivas, dando ênfase à contextualização e à prática social e produtiva.

Ficará sob a responsabilidade de cada área elaborar os conteúdos que constituirão as bases científicas, instrumentais e tecnológicas dos componentes curriculares, os quais deverão estar articulados e integrados entre si, para o desenvolvimento de determinada competência da área ou de outras complementares de conhecimento, visando a garantir a interdisciplinaridade conforme artigo 40 da Lei 9.394/96, articulando ainda conteúdos e práticas que possibilitem o desenvolvimento do



ser humano integral, e de um modelo ideal de sociedade. Considerando para isso o que preconiza as políticas de educação ambiental e desenvolvimento sustentável descritas na Lei 9.795/99, e o Decreto nº 4281 de 25 de junho de 2002. Inserindo ainda conhecimentos referentes à educação em direitos humanos baseados na resolução nº 01 de 30 de maio de 2012, e a educação das relações étnico-raciais, ensino de história e cultura afro-brasileiros e indígenas (Lei nº 11.695 de 10 de março de 2008; resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004), conteúdos estes que devem ser considerados em todos os componentes curriculares de forma transversal e multidisciplinar, devendo ser pensado e articulado durante os encontros pedagógicos entre os docentes.

A metodologia adotada integra os conteúdos teóricos e práticos, sistematizando uma ação conjunta, tornando-os mais compreensivos e significativos. Os docentes procurarão desenvolver um ensino construtivo, orientando a aprendizagem do aluno, a fim de levá-lo a conduzir suas competências e servir-se delas. Com isso o aluno irá adquirir conhecimentos aproveitando sua capacidade de partilhar liderança.

No desenvolvimento das atividades, os docentes adotarão várias técnicas de ensino, visando torná-las mais ajustada à realidade dos alunos e mais eficiente quanto aos seus resultados. Estes docentes utilizarão metodologias que facilitem o desenvolvimento da área profissional, incluindo aplicação operatória dos conceitos e princípios científico-tecnológicos significativos, envolvendo conseqüentemente o uso inteligente de ferramentas e técnicas, indispensáveis para o processo de profissionalização do aluno.

O desenvolvimento do ensino por competências deverá ser prioridade na prática pedagógica, a fim de articular, inter-relacionar, propiciar ações concretas, coletivas e cooperativas, envolvendo diferentes saberes e conhecimentos, visando auxiliar o educando no desenvolvimento de atitudes analíticas e reflexivas diante de situações problemas de ordem sociais, ambientais e da comunidade em que estão inseridos. Esta metodologia deverá permitir aos alunos demonstrarem de forma integrada, todas as competências e habilidades adquiridas que atendam interesses próprios e os desafios enfrentados pelo trabalho.

Os conteúdos serão desenvolvidos interna e externamente à escola, através de aulas expositivas, resolução de problemas, práticas, seminários, estudos de casos, visitas técnicas e pesquisas, visto que o Campus Sorriso buscará formar profissionais especializados para atender o setor agrícola com responsabilidade social, econômica e ambiental.

A proposta pedagógica adotada fundamenta-se numa linguagem, onde o docente delineará um novo “fazer” educativo, propondo tarefas e desafios que incitem o aluno a ser o agente de sua própria capacitação, criando condições para que possa observar e perceber, descobrir e refletir sobre o mundo e interagir com seus pares, superando seus limites, através da ação coletiva. Este fazer

pedagógico proposto é a implementação de projetos onde a interdisciplinaridade, que abriga uma visão epistemológica do conhecimento, busca incentivar a pesquisa na construção de um conhecimento significativo.

## **16. AVALIAÇÃO**

Partindo do pressuposto no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) de que a avaliação deverá além de observar os aspectos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, devemos considerá-la como processo participativo, com envolvimento de todos os envolvidos no processo da aprendizagem, estimulando-os a tornarem-se sujeitos de sua constituição avaliativa, bem como da construção de seus saberes.

O *Campus Sorriso* propõe, em conformidade com a Organização Didática do IFMT/2014, que a avaliação seja norteadada pela concepção diagnóstica, dialógica, formativa, processual, contínua e inclusiva, pressupondo a contextualização dos conhecimentos e das atividades desenvolvidas, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

O processo de ensino-aprendizagem visa propiciar diagnóstico, que possibilite ao docente refletir sobre sua prática e, ao discente, comprometer-se com seu desenvolvimento intelectual e sua autonomia.

Seguindo os princípios, citados no Projeto Pedagógico Institucional, de que é preciso que se reflita sempre a respeito de que e de quem ela está a serviço, a avaliação da aprendizagem dá significado ao processo de ensino e aprendizagem e a relação do professor-aluno, desta forma é fundamental que a avaliação deixe de ser um instrumento de classificação, seleção e exclusão social e se torne ferramenta para a construção coletiva de sujeitos e de uma escola de qualidade.

A avaliação da aprendizagem como parte integrante do processo de ensino e aprendizagem deve ser compreendida como uma reflexão crítica sobre a prática e que possa ser o ponto de partida para a identificação do progresso e dificuldades do aluno e na atuação do professor, com a oportunidade de replanejamento e novas estratégias para direcionar e redirecionar o trabalho pedagógico.

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem se fundamentará nos princípios do Art. 24, inciso V, alínea “a”, da LDB, que prescreve: “a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do discente, com prevalência dos aspectos qualitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”.

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem terá como parâmetro os princípios contidos no Projeto Pedagógico Institucional e Organização Didática-IFMT/2014, a função social,

os objetivos gerais e específicos do IFMT e a construção do perfil profissional previsto para o curso.

São considerados instrumentos de avaliação do conhecimento:

- I- exercícios;
- II- trabalhos individuais e/ou coletivos;
- III- fichas de acompanhamento;
- IV- relatórios;
- V- atividades complementares;
- VI- provas escritas;
- VII- atividades práticas;
- VIII- provas orais;
- IX- seminários;
- X- projetos interdisciplinares; e
- XI- outros.

Os instrumentos de avaliação atitudinal que poderão ser utilizados para avaliar os discentes são:

- I- auto-avaliação;
- II- assiduidade e pontualidade;
- III- realização de atividades escolares;
- IV- disciplina, interesse, participação nas aulas; e
- V- outros critérios definidos pelo docente.

Os critérios e valores de avaliação adotados pelo docente devem ser explicitados aos discentes no início do período letivo, observando as normas estabelecidas neste documento.

Avaliação é o instrumento utilizado para verificar o índice de aproveitamento do discente nos diferentes componentes curriculares do processo de ensino-aprendizagem.

No contexto da avaliação fica estabelecido que:

O resultado do desempenho acadêmico deverá ser concretizado por dimensão somativa através de uma nota de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), admitindo-se frações de 0,1 (um décimo).

O resultado das **avaliações de conhecimento** a que se refere o artigo 161 da Organização Didática corresponderá à **nota 8,0 (oito)**.

A **avaliação atitudinal** corresponderá ao valor máximo de **2,0 (dois) pontos** que, somados à avaliação de conhecimento, comporá a nota do discente.

Para expressar o resultado do desempenho acadêmico dos cursos técnicos de nível médio na modalidade subsequente, a média final de cada componente curricular deve obedecer aos seguintes critérios de aproximação:

I- para fração menor que 0,05 aproxima-se para o valor decimal imediatamente inferior; e

II- para fração igual ou maior que 0,05, aproxima-se para valor decimal imediatamente superior.

Para efeito de aprovação nos componentes curriculares os discentes deverão obter a média final igual ou maior que 6,0 (seis).

A cada componente curricular, o docente deverá realizar no mínimo duas avaliações de conhecimento.

A nota de cada componente curricular será a média aritmética simples de todas as avaliações do período acrescidos de até dois pontos do conceito referente à avaliação atitudinal.

$$M_{\text{Semestral}} = \frac{\sum A_n + C}{N}$$

Onde:

$M_{\text{Semestral}}$  = Média Semestral;

$\sum A_n$  = Somatório das avaliações;

N = Número de avaliações e

C = Conceito.

Decorridas todas as avaliações previstas para o componente curricular, haverá Prova Final (PF) destinada aos discentes que obtiverem média final inferior a 6,0 (seis), independentemente do número de componentes curriculares.

O docente deverá programar as avaliações, em conjunto com o Coordenador de Curso, de acordo com o cronograma estabelecido no Calendário Acadêmico observando que os discentes não podem ser submetidos a mais de duas avaliações diárias.

O resultado das avaliações aplicadas no decorrer do bimestre com devolução dos instrumentos aos discentes deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis após sua realização.

O discente poderá solicitar revisão de avaliação mediante processo devidamente fundamentado, no prazo de até 02 (dois) dias úteis após a divulgação do resultado da avaliação.

Será concedida a segunda chamada para realização de avaliações ao discente que justificar sua ausência nessa etapa de avaliação, mediante requerimento devidamente fundamentado, no prazo de até 03 (três) dias úteis, após a realização da primeira chamada.

Decorrido o prazo de segunda chamada, será atribuída nota 0,0 (zero) ao discente que não comparecer para realizar a avaliação.

A atribuição de notas e faltas ao discente é de competência exclusiva do docente responsável pelo componente curricular de modo que os docentes deverão realizar o registro de notas e frequências de todos os discentes constantes no diário de classe.

### **16.1 Da revisão de avaliação**

É direito de o discente solicitar ao docente a revisão da avaliação aplicada, da seguinte forma:

I- por meio de pedido verbal, em primeira instância; e

II- por meio de requerimento escrito, em segunda instância, dirigido ao Coordenador do Curso, que irá intermediar o caso.

O pedido ou requerimento de revisão da avaliação deve ser fundamentado e justificado, de modo que as solicitações intempestivas serão desconsideradas.

Ao receber o requerimento de revisão de avaliação escrito, o Coordenador do Curso terá o prazo de até 05 (dois) dias úteis para solicitar ao docente a revisão pleiteada ou indeferir o requerimento e informar a decisão ao discente.

### **16.2 Da avaliação em segunda chamada**

Será concedida a segunda chamada para realizações de avaliações ao discente que justificar sua ausência, mediante requerimento devidamente fundamentado, no prazo de até 03 (três) dias úteis, após a realização da primeira chamada. O discente que faltar a qualquer avaliação, em 1ª chamada, poderá requerer 2ª chamada diretamente ao professor, quando o componente curricular ainda estiver em andamento, ou à Coordenação do Curso.

Deferido o requerimento, o Coordenador do Curso o encaminhará no prazo de 24 (vinte e quatro) horas ao docente responsável, caso não tenha findado o componente curricular. Em caso de ter findado o componente curricular, a 2ª chamada poderá ser aplicada a qualquer tempo até o final do Curso, pelo Coordenador do Curso, em regime de recuperação final, em data e horários definidos por este.

### **16.3 Recuperação**

Conforme exposto na Organização Didática do IFMT (2014), os estudos de recuperação são

momentos formativos que possibilitam ao docente e ao discente reverem a prática de ensino e aprendizagem a fim de ressignificá-las, oportunizando ao discente superar lacunas da aprendizagem e dos resultados obtidos ao longo do período letivo, num processo em que se valorize a construção do conhecimento.

Com a finalidade de elevar o nível da aprendizagem, notas, conceitos ou menções dos discentes com baixo rendimento escolar, o docente adotará, ao longo do componente curricular, a prática de recuperação paralela de conhecimentos.

O discente que obtiver baixo rendimento na aprendizagem terá direito a estudos de recuperação paralela.

O docente realizará atividade orientada, conforme a dificuldade do discente ou do grupo de discentes, de acordo com a peculiaridade de cada componente curricular, visando recuperar as dificuldades de aprendizagem.

Os estudos de recuperação paralela deverão propiciar novos momentos avaliativos, quando este já estiver ocorrido.

Após o processo de recuperação paralela será mantido o melhor desempenho.

Os estudos de recuperação serão desenvolvidos paralela e continuamente às aulas regulares, podendo ocorrer, também, em horários alternativos a serem definidos conjuntamente pelo docente e equipe pedagógica.

Entende-se por estudos de recuperação paralela todas as atividades a serem desenvolvidas para sanar as dificuldades do processo ensino-aprendizagem, tais como:

- a) aula presencial;
- b) estudo dirigido;
- c) trabalhos extraclasse;
- d) atendimento individual ou em grupo, entre outros.

No final do componente curricular, os discentes que não atingirem média anual/semestral igual ou maior que 6,0 terão direito à prova final.

#### **16.4 Prova Final**

A prova final consiste em uma única avaliação escrita, aplicada aos discentes que obtiverem média inferior a 6,0 (seis), devendo contemplar os conteúdos trabalhados no componente curricular.

Compete ao Professor convocar os discentes que terão direito à prova final, no prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis de antecedência da realização da prova, conforme cronograma

estabelecido previamente.

O discente terá direito a segunda chamada da Prova Final, quando justificar a ausência por motivo assegurado em lei.

Será atribuída nota 0,0 (zero) na PF ao discente que obtiver média inferior a 6,0 (seis) e não fizer a Prova Final.

Depois da Prova Final será considerado aprovado o discente que obtiver média final igual ou superior a 5,0 (cinco), que deverá ser calculada da seguinte forma:

$$M_F = \frac{M_S + P_F}{2}$$

Onde:

$M_F$  = Média Final;

$M_S$  = Média Semestral;

$P_F$  = Nota da Prova Final.

A atribuição de notas e faltas ao discente é de competência exclusiva do docente responsável pelo componente curricular.

### **16.5 Da Frequência e do Registro**

O discente será aprovado se obtiver média igual ou maior que 6,0 (seis) e no mínimo 75% de frequência, calculados com base na carga horária total do componente curricular, conforme estabelecido na Organização Didática do IFMT.

Compete ao Coordenador do Curso monitorar a frequência dos discentes e adotar medidas de prevenção ou superação de faltas, bem como prestar informações aos discentes e seus responsáveis a respeito dos riscos pelo excesso de faltas cometido.

Para o aluno que faltar o módulo, com justificativa, será oportunizada recuperação por meio de programa de estudos paralelo e de provas de avaliação do conhecimento do conteúdo do módulo, mediante suporte da equipe de apoio pedagógica e de profissionais da agronomia lotados na prefeitura municipal de Cláudia-MT.

### **16.6 Sistema de avaliação de curso**

Avaliação do curso será realizada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA do Campus Sorriso instituída de acordo com Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI do Campus, no que tange as dimensões da educação básica e tecnológica.

## **17. PLANO DE MELHORIA DE CURSO**

A partir de resultados obtidos através das avaliações da CPA quanto à estrutura, corpo docente, material bibliográfico, relação com empresas, infraestrutura física e corpo administrativo, serão implementadas melhorias para a qualidade do curso.

## **18. ATENDIMENTO AO DISCENTE**

### **18.1 Apoio Pedagógico e Social**

O Apoio Pedagógico e aos alunos do curso com problemas que afetam a sua aprendizagem objetiva que os alunos lidem de modo mais equilibrado com seus problemas e, conseqüentemente, melhorem o resultado do processo pedagógico. O acompanhamento enfatiza a superação e/ou minimização dos problemas que se refletem no processo ensino-aprendizagem, por meio de uma proposta metodológica de acompanhamento sistemático, desenvolvido de forma articulada com todos os setores da instituição.

Os casos identificados pelos professores, de distúrbios de comportamento do aluno, dificuldades de relacionamento interpessoal, dificuldade de aprendizagem ou assimilação de determinados componentes curriculares, falta de concentração, depressão e outros, podem ser levados para o Coordenador do Curso que na medida do possível o encaminhará para atendimento por profissionais qualificados, quando necessário.

### **18.2 Desenvolvimento de atividades acadêmico-científicas e culturais**

Entende-se por atividades acadêmico-científicas aquelas cujo objetivo seja a transferência, apresentação ou troca de informações de cunho científico nas diversas áreas do saber/conhecimento humano.

São consideradas atividades culturais aquelas que contribuem para a formação cidadã e humanística, principalmente no âmbito das artes, como, por exemplo: cursos, palestras, seminários, capacitações, teatro, cinema, coral, música etc.

O discente do Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio será incentivado a participar de eventos científicos e culturais, como forma de complementação de conhecimentos e troca de experiências. A participação nestas atividades deve ser de iniciativa do



próprio discente, auxiliado pelos docentes, observando-se as possibilidades administrativas e pedagógicas do *campus*.

### **18.3 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)**

O aluno poderá ser assessorado pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais (NAPNE), que, conforme define a Resolução Consup nº 43, de 17 de setembro de 2013, tem como objetivos: sensibilizar a comunidade escolar para a convivência com a diversidade e a promoção da acessibilidade física, pedagógica, atitudinal e comunicativa; identificar e atender as pessoas com necessidades específicas do IFMT; conhecer, na comunidade externa, as pessoas com necessidades específicas; promover a inclusão de pessoas com necessidades específicas no IFMT e no mundo do trabalho; estabelecer parcerias com instituições, órgãos representativos e de atendimento às pessoas com necessidades específicas; e acompanhar a aplicação da legislação vigente relativa aos direitos das pessoas com necessidades específicas.

## **19. POLÍTICA DE CONTROLE DE EVASÃO**

No decorrer do curso será elaborado pelo Coordenador do Curso, um plano de ações com o intuito de combater a evasão juntamente com a Comissão de Permanência e Êxito do Campus. Para a elaboração do plano devem-se tomar como base os dados registrados no SISTEC.

Outras ações deverão ser realizadas para a prevenção de evasões, tais como: participação de palestras, minicursos e cursos de extensão; realização de visitas técnicas para aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem dos discentes.

Acredita-se ser fundamental, no decorrer do curso, a promoção de palestras para os discentes, a fim de que os mesmos conheçam as oportunidades que o curso pode lhes oferecer profissionalmente.

## **20. CERTIFICADOS E DIPLOMAS**

Após o cumprimento integral de todos os componentes curriculares e das atividades definidas no Projeto Pedagógico de Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio será conferido ao egresso o diploma de Técnico em Agropecuária.

Ainda, o conhecimento adquirido a partir de experiência profissional extracurricular poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação.

Os diplomas serão emitidos, registrados e validados pela Secretaria Geral de Documentação Escolar do IFMT Campus Sorriso.

Os egressos poderão retirar seus diplomas na Secretaria Geral de Documentação Escolar do Campus, mediante assinatura em livro de registro próprio.

## **21. QUADRO DE DOCENTES E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS**

Os docentes e técnicos administrativos que atuarão, especificamente no curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio ofertado no município de Cláudia, serão selecionados entre os profissionais do IFMT através de Edital de Seleção Específico. Os critérios de seleção constarão no Edital próprio. A participação de servidores do IFMT Campus Sorriso será oportunizada mediante comprovação de incompatibilidade de horário, sem prejuízo às suas atribuições elencadas no PIT e mediante a autorização da Chefia Imediata e da Direção Geral.

## **22. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS**

As instalações e equipamentos básicos necessários ao curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Nível Médio, como salas de aula equipada e laboratórios serão de responsabilidade da Prefeitura de Cláudia, conforme Termo de Convênio nº 001/2019/IFMT – SRS, assinado entre o IFMT e Prefeitura Municipal de Cláudia.

Além disso, o município se responsabilizou por disponibilizar transporte para viabilizar a participação dos estudantes em atividades práticas desenvolvidas em propriedades parceiras com condições para a realização de aulas práticas e visitas técnicas.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, *Campus Sorriso*, tem sua estrutura localizada à Avenida dos Universitários - Quadra 40, Bairro Santa Clara, Sorriso – MT – CEP 78.890-000, Caixa Postal 1063.

Com 4.321,75 m<sup>2</sup>, o Campus Sorriso possui uma biblioteca, um auditório, um bloco administrativo, um bloco de salas de aula, um pátio coberto, um refeitório com cozinha e vestiário (localizado no bloco de salas de aula), laboratórios, e salas de atendimento ao aluno, além das estruturas básicas de saneamento e acessibilidade, como banheiros, vestiários, elevadores e estacionamento sinalizado, passarelas e saguão de entrada. Todos os espaços internos destinados a atividades administrativas e pedagógicas são climatizados com ar-condicionado, inclusive o auditório e a biblioteca. O acervo bibliográfico do curso é amplo, atendendo a bibliografia básica e complementar das ementas.



## 22.1 Bloco biblioteca

Edificação de forma prismática contígua ao saguão de entrada, medindo 30x12m. Possui dois pavimentos e uma área total de 617,38 m<sup>2</sup>.

a) Pavimento Térreo: Este pavimento abriga 02 sanitários coletivos de 11,28m<sup>2</sup>, masculino e feminino; 01 protocolo de 10m<sup>2</sup>; 01 recepção de 7,05m<sup>2</sup>; 01 guarda volume de 6,40m<sup>2</sup>; 01 laboratório de informática exclusivo para pesquisa no Portal de Periódicos da CAPES e outras bases de dados científicos com 31,59m<sup>2</sup>, equipada com 20 computadores conectados à internet; e 01 biblioteca de 244,79m<sup>2</sup>, com ambientes para estudo individual e/ou coletivo, exposição do acervo bibliográfico e de periódicos impressos. Todos estes ambientes servidos por 01 circulação de 9,80m<sup>2</sup>.

b) Pavimento Superior: Este pavimento abriga 01 administração de 15,18m<sup>2</sup>; 01 videoteca de 7,42m<sup>2</sup>; 01 sala de áudio visual de 22,80m<sup>2</sup>; 01 biblioteca de 175,96m<sup>2</sup>. Todos estes ambientes servidos por 01 circulação de 9,80m<sup>2</sup>.

A Biblioteca do campus está equipada com 20 computadores para consulta em bases de dados *on-line*, inclusive com acesso ao Portal de Periódicos da CAPES; 03 Computadores (CPU, Monitor, Material multimídia, Software de Gerenciamento de dados biblioteconômico); Acesso a internet cabeado e wireless; Acesso à linha telefônica (5 ramais); 20 conjuntos de mesas com

cadeiras para computadores; cabines de estudo individualizado com cadeiras; conjuntos de estudo (mesas redondas com cadeiras); Ar condicionado; Impressora multifuncional colorida; Sistema antifurto (duas antenas); Elevador para acesso ao pavimento superior.

## **22.2 Saguão + pátio**

Edificações com a forma prismática. O saguão mede 12m x 12m e tem o pé direito duplo já o pátio mede 10,82m x 24,80m e possui dois pavimentos.

a) Saguão: responsável pela articulação da instituição, possui 142m<sup>2</sup>.

b) Pátio térreo: responsável pela distribuição dos alunos e servidores para os blocos de salas de aula, administração, biblioteca e auditório. Abriga 02 caixas de escadas de 13,50m<sup>2</sup>; 02 depósitos de 4,23m<sup>2</sup>; 01 depósito de 3,60m<sup>2</sup>; uma caixa de elevador de 3,60m<sup>2</sup>, todos os ambientes servidos por um pátio coberto de 221,18m<sup>2</sup>.

c) Pátio superior: responsável pela distribuição dos alunos e servidores para os blocos de salas de aula, administração, biblioteca e auditório. Abriga 02 caixas de escadas de 13,50m<sup>2</sup>; 02 depósitos de 4,23m<sup>2</sup>; 01 depósito de 3,60m<sup>2</sup>; uma caixa de elevador de 3,60m<sup>2</sup>, todos os ambientes servidos por uma circulação de 148,60m<sup>2</sup>.

## **22.3 Passarela**

Edificações com a forma prismática, medindo 25,70m x 3m. Com 02 pavimentos possui uma área de 78,60m<sup>2</sup>.

a) Passarela térreo: este pavimento possui 73,24m<sup>2</sup> e é responsável pela ligação entre o Pátio e o Bloco de Salas de Aula.

b) Passarela 1º pavimento: este pavimento possui 73,24m<sup>2</sup> e é responsável pela ligação entre o Pátio e o Bloco de Salas de Aula.

## **22.4 Bloco de auditório**

Edificação de forma prismática contígua ao saguão de entrada, medindo 30m x 12m. Possui dois pavimentos e uma área total de 469,58m<sup>2</sup>.

a) Pavimento Térreo: Este pavimento abriga 02 sanitário coletivo de 18m<sup>2</sup>, masculino e feminino; 01 hall de 49,25m<sup>2</sup>; 01 auditório de 212,40m<sup>2</sup>, com 350 cadeiras estofadas; 01 palco de

43,12m<sup>2</sup>, com mesa de som amplificada, projetor multimídia, computador conectado ao projeto e com acesso à internet; totalizando uma área de 367,21m<sup>2</sup>.

b) Pavimento Superior: Este pavimento abriga um mezanino com um total de 102,37m<sup>2</sup>.

## **22.5 Bloco de administração**

Edificação de forma prismática contigua ao pátio, medindo 30m x15,50m. Possui dois pavimentos e uma área total de 946m<sup>2</sup>.

a) Pavimento Térreo: Departamento de Ensino: Este pavimento abriga 02 sanitários coletivos de 30,80m<sup>2</sup>, masculino e feminino; 02 salas de coordenações de áreas de 30,80m<sup>2</sup>; 01 sala de professores de 94,35m<sup>2</sup> equipada com 30 estações de trabalho com cadeiras e caveteiro, escaninhos individuais; 01 sala de assessoria pedagógica de 25,94m<sup>2</sup>; 01 secretaria de documentação acadêmica da diretoria de ensino de 30,80m<sup>2</sup>; 01 arquivo de 7,05m<sup>2</sup>; 01 gabinete de diretoria de ensino de 26,23m<sup>2</sup>; 01 WC privativo de 3,15m<sup>2</sup>. Todos estes ambientes servidos por 01 circulação de 46,65m<sup>2</sup>.

b) Pavimento Superior: Este pavimento abriga 02 sanitários coletivos de 30,80m<sup>2</sup>, masculino e feminino; 01 departamento de administração e planejamento com 94,30m<sup>2</sup>; 01 RH de 30,80m<sup>2</sup>; 01 sala de tecnologia da informação de 30,80m<sup>2</sup>; 01 sala de auditoria e reuniões de 30,80m<sup>2</sup>; 01 recepção de 13,30m<sup>2</sup>; 01 sala de coordenações de áreas (Pesquisa, Extensão e Núcleo de Produção) de 30,80m<sup>2</sup>; 01 copa de 4,58m<sup>2</sup>; 01 arquivo de 7,05m<sup>2</sup>; 01 gabinete de Direção Geral de 30,80m<sup>2</sup>; 01 WC privativo de 3,48m<sup>2</sup>; 01 secretaria e chefia de gabinete de 48,26. Todos estes ambientes servidos por 01 circulação de 46,65m<sup>2</sup>.

## **22.6 Bloco de salas de aula, restaurante e laboratórios**

Edificação de forma prismática contigua ao pátio, medindo 50,15m x15,00m. Possui três pavimentos e uma área total de 1839,19m<sup>2</sup>.

a) Pavimento subsolo (Restaurante): Este pavimento abriga o Restaurante do Campus contendo 02 vestiários coletivos de 29,59m<sup>2</sup>, masculino e feminino; 01 pilotis de 202,78m<sup>2</sup>; 01 cozinha de 44,83m<sup>2</sup>; 01 vestiário de 8,00m<sup>2</sup>; 01 despensa 5,52m<sup>2</sup>; 01 caixa de elevador de 4,83m<sup>2</sup>; 01 caixa de escada de 16,72m<sup>2</sup>; 01 balcão de 14,34m<sup>2</sup>; 01 caixa de 5,52m<sup>2</sup>. Este pavimento possui 403,85m<sup>2</sup>.

b) Pavimento térreo (Salas de Aula e Laboratórios): Este pavimento abriga 02 vestiários coletivo de 21,96m<sup>2</sup>, masculino e feminino; 04 salas de aula de 44,84m<sup>2</sup>; 02 salas de aula de

52,99m<sup>2</sup>; 02 salas de aula de 39,86m<sup>2</sup>; 01 laboratório de Química de 60,08m<sup>2</sup>; 01 laboratório de Biologia e Anatomia Vegetal de 60,08m<sup>2</sup>; 01 caixa de elevador de 4,83m<sup>2</sup>; 01 caixa de escada de 16,72m<sup>2</sup>. Estes ambientes são servidos por duas circulações uma com 117,14m<sup>2</sup> e outra com 17,61m<sup>2</sup>.

c) Pavimento Superior (Salas de Aula e Laboratórios): Este pavimento abriga 02 vestiários coletivo de 21,96m<sup>2</sup>, masculino e feminino; 01 laboratório de Informática de 52,99m<sup>2</sup>; 01 laboratório de Desenho Técnico com 52,99m<sup>2</sup>; 02 salas de aula de 52,99m<sup>2</sup>; 06 salas de aula de 39,86m<sup>2</sup>; 01 caixa de elevador de 4,83m<sup>2</sup>. Estes ambientes são servidos por duas circulações uma com 117,14m<sup>2</sup> e outra com 17,61m<sup>2</sup>.

## **22.7 Elevadores**

A fim de garantir condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida conforme determina a Lei Federal 10.098/2000, regulamentada pelo Decreto Federal 5.296/2004 e NBR 9050/2004, o campus conta com a instalação de dois elevadores. Um elevador instalado no bloco Administração com duas paradas e outro no Bloco Sala de Aula com três paradas.

## **22.8 Fazenda experimental**

O Campus Sorriso possui uma Fazenda Experimental com área de 84,6 hectares, sendo 60 hectares de áreas agricultáveis e o restante reserva legal e área de preservação permanente. A área é utilizada para aulas práticas, atividades de pesquisa e extensão rural, com o objetivo de proporcionar aos alunos a formação prática dos componentes curriculares específicas do curso. Além disso, possui parcerias com Empresas Públicas e Privadas das diferentes áreas das Ciências Agrárias, ampliando as possibilidades de aulas práticas e experimentos proporcionado uma ideia real do agronegócio da região.

A Fazenda está equipada com: Rede elétrica em alta e baixa tensão; Dois poços artesianos, um reservatório metálico de 14 mil litros, um de polietileno de 10 mil litros; Barracão para máquinas e equipamentos com 164 m<sup>2</sup>, com oficina; Duas salas de aula com 72 m<sup>2</sup> cada, climatizadas; Área de convivência com dois banheiros (masculino e feminino); Estação Agrometeorológica automática com acesso remoto aos dados; Um trator New Holland 75 cv; Uma grade aradora 14 discos de 26"; Uma grade niveladora 32 discos de 24"; Enxada rotativa com encanteirador largura 1,5 metros; Um arado de disco três discos 26" reversível; Um sulcador de

uma linha; Uma roçadeira hidráulica largura 1,5 metros; Uma carreta agrícola 3 toneladas; Uma carreta tanque 4500 litros com bomba e esguichos de combate a incêndio; Um perfurador de solo com brocas de 9”, 12” e 18”; Uma semeadora adubadora com 7 linhas de plantio; Pulverizador acoplado 800 litros com barras de 12 metros; Uma batadeira de cereais compacta sobre rodas; Um distribuidor de calcário e sólidos com capacidade para 2,5 metros cúbicos; Um distribuidor de sementes e adubo pendular com capacidade para 0,6 metros cúbicos; Colhedeira de forragem ensiladeira para uma linha de milho; Ferramentas manuais e costais motorizadas diversas;

Foram adquiridas duas casas de vegetação com 96 m<sup>2</sup> (12m x 8m) cada, das quais uma está instalada na Fazenda e outra na Sede do Campus e quatro estufas agrícolas convencionais, sendo uma de 84 m<sup>2</sup> (12m x 7m) que está instalada na Sede do Campus e três estufas agrícolas convencionais, com 133 m<sup>2</sup> (19m x 7m) cada, instaladas na Fazenda.

### **23. REFERÊNCIAS**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR6023: informação e documentação – referências - elaboração.

BRASIL. CNE. Resolução CNE/CP No. 01 de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. CNE/CP Resolução 1/2004. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de junho de 2004, Seção 1, p. 11.

BRASIL. Decreto 5.154/2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Publicado no D.O.U. de 26.7.2004.

BRASIL. Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Publicado no DOU de 23.12.2005.

BRASIL. Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 7234 de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm)>.

BRASIL. Educação Profissional: Referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico. Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82

da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2008.

BRASIL. LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2008.

BRASIL. Lei no. 11.645 de 10/03/2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Publicado no DOU de 11.3.2008.

BRASIL. MEC. Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012 - Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União, Brasília, 31 de maio de 2012 – Seção 1 – p. 48.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Educação profissional e tecnológica: legislação básica.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 39 de 08 de dezembro de 2004. Aplica o decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

BRASIL. PARECER CNE/CES Nº 261/2006. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências. Brasília: Câmara de Educação Superior. 2006.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 04, de 08 de dezembro de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: CNE, 2004.

Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e faz parte do Eixo Recursos Naturais (Resolução CNE/CEB 03) e articula a Educação Profissional (Técnica/tecnológica) e o Ensino Médio de maneira integrada, proporcionando uma indissociabilidade entre formação geral e formação profissional.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Título I, Capítulo II (Dos Direitos Sociais); Título III, Capítulo II (Da União); Título VIII, Capítulo III (Da Educação, da Cultura e do Desporto) e Capítulo IV (Da Ciência e Tecnologia);

Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e Educação Profissional de Nível Técnico, nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional, no Decreto nº 5.154/2004 e no Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatística da Produção Agrícola. p. 05-05, 2014. Disponível em: <  
[ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao\\_Agricola/Fasciculo\\_Indicadores\\_IBGE/estProdAgr\\_201407.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Fasciculo_Indicadores_IBGE/estProdAgr_201407.pdf)>  
Acesso em 15 ago. 2014.



IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatística da Produção Pecuária. p. 06-17, 2014. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/producaoagropecuaria/abate-leite-couro-ovos\\_201401\\_publ\\_completa.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/producaoagropecuaria/abate-leite-couro-ovos_201401_publ_completa.pdf)> Acesso em 15 ago. 2014.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatística da Produção Agrícola. p. 05-05, 2014. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao\\_Agricola/Fasciculo\\_Indicadores\\_IBGE/estProdAgr\\_201407.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Fasciculo_Indicadores_IBGE/estProdAgr_201407.pdf)> Acesso em 15 ago. 2014.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatística da Produção Pecuária. p. 06-17, 2014. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/producaoagropecuaria/abate-leite-couro-ovos\\_201401\\_publ\\_completa.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/producaoagropecuaria/abate-leite-couro-ovos_201401_publ_completa.pdf)> Acesso em 15 ago. 2014

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria Normativa nº 39 de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Disponível em: <<http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/port37.pdf>>. Acesso em 18 jun. 2010.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei n.º 11.741, de 16 de julho de 2008, que altera dispositivos da Lei n.º 9.394/1996, Resolução n.º 4, de 13 de julho de 2010, que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e Resolução CNE/CEB N.º 04/99, que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.

Lei nº 10.741/2003, que Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e com a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Lei no 9.795/1999 que estabelece que “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”.

Lei nº 9.394/96 (LDB) Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, especialmente a Seção IV-A, com redação dada pela Lei Federal nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Trata da Educação Profissional Técnica de Nível Médio;

Portaria Nº 330, de 23 de Abril de 2013, do Ministério da Educação. Autoriza o funcionamento do Campus Sorriso;

Resolução CONSUP/IFMT nº 104/2014 - Organização Didático-Pedagógicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, setembro de 2013.

Resolução CONSUP Nº 043/2013. Aprova a Instrução Normativa que orienta quanto aos procedimentos para implantação e/ou implementação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – Napne nos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso;

Projeto de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia, 2015-2019.

Resolução CNE/CEB n.º 04/99 que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, as competências profissionais a serem adquiridas durante o curso considerarão as competências básicas, constituídas no ensino fundamental e médio.

Resolução n.º 1, de 15 de Maio de 2009, que Dispõe sobre a implementação da Filosofia e da Sociologia no currículo do Ensino Médio, a partir da edição da Lei n.º 11.684/2008, que alterou a Lei n.º 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), os componentes curriculares de Filosofia e Sociologia estão inseridos ao longo de todos os anos do curso.

Resolução n.º 262/1979, que Dispõe sobre as atribuições dos Técnicos de 2º grau, nas áreas da Engenharia, Arquitetura e Agronomia; pela Resolução n.º 278/1983, que Dispõe sobre o exercício profissional dos Técnicos Industriais e Técnicos Agrícolas de Nível Médio ou de 2º Grau e dá outras providências.

Resolução 023 de 06 de Julho de 2011. Normativa para elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos de Nível Médio, oferecidos pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso;